



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

**A AGRICULTURA PRATICADA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE
QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA, POCONÉ-MT: O RESGATE DE UMA
TRADIÇÃO**

NAIARA SILVA GONÇALVES

Araras

2017



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL**

AGRICULTURA TRADICIONAL PRATICADA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA, POCONÉ-MT: O RESGATE DE UMA TRADIÇÃO

NAIARA SILVA GONÇALVES

ORIENTADOR: PROF^a. Dr.^a JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural como requisito parcial à obtenção do título de MESTRE EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL

Araras
2017

Gonçalves, Naiara Silva

AGRICULTURA TRADICIONAL PRATICADA NA COMUNIDADE
REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA,
POCONÉ-MT: O RESGATE DE UMA TRADIÇÃO / Naiara Silva
Gonçalves. -- 2017.
95 f. : 30 cm.

Dissertação (mestrado)-Universidade Federal de São Carlos, campus
Araras, Araras

Orientador: Janice Rodrigues Placeres Borges

Banca examinadora: Adriana Estela Sanjuan Montebello, Maria Edna
Tenório Nunes

Bibliografia

1. Quilombo. 2. Memória cultural. 3. Agricultura tradicional. I.
Orientador. II. Universidade Federal de São Carlos. III. Título.

Ficha catalográfica elaborada pelo Programa de Geração Automática da Secretaria Geral de Informática (SIn).

DADOS FORNECIDOS PELO(A) AUTOR(A)

MEMBROS DA BANCA EXAMINADORA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO
DE

NAIARA SILVA GONÇALVES

APRESENTADA AO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM AGROECOLOGIA E DESENVOLVIMENTO RURAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS, EM (DATA: 26 DE JUNHO DE 2017)

BANCA EXAMINADORA:

PROF^a. Dr.^a JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES
ORIENTADORA
UFSCar

PROF^a. Dr.^a ADRIANA ESTELA SANJUAN MONTEBELLO
UFSCar

PROF^a. Dr.^a MARIA EDNA TENÓRIO NUNES
EESC /USP



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

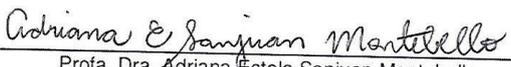
Centro de Ciências Agrárias
Programa de Pós-Graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural

Folha de Aprovação

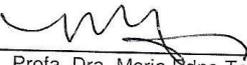
Assinaturas dos membros da comissão examinadora que avaliou e aprovou a Defesa de Dissertação de Mestrado da candidata Naiara Silva Gonçalves, realizada em 26/06/2017:



Profa. Dra. Janice Rodrigues Placeres Borges
UFSCar



Profa. Dra. Adriana Estela Sanjuan Montebello
UFSCar



Profa. Dra. Maria Edna Tenório Nunes
USP

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pela força e proteção.

À UFSCar pela oportunidade de realizar o mestrado, a todos os professores do PPGADR, e à secretaria que desde o início nos recepcionou com tanto carinho e atenção.

À CNPq pelo auxílio financeiro, que possibilitou a realização deste trabalho.

Agradeço pelas amizades que encontrei no PPGADR e pelos laços eternos que iremos carregar.

Gostaria de agradecer em especial minha orientadora, Prof^a Dr^a Janice, a quem admiro; obrigada, Prof^a, pela paciência, dedicação e pelos direcionamentos.

Agradeço também a toda Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra, pela receptividade que tive desde o início de minha pesquisa, pelo carinho de todos, pelas conversas embaixo das mangueiras regadas de quitutes deliciosos, pela liderança, pelo acolhimento da pesquisa, pela oportunidade de participar das festas e dos ritos religiosos.

Agradeço também em especial aos meus padrinhos, Ataíde e Marinalva, que abriram as portas de seu sítio para eu ficar durante os meses de pesquisas, me receberam de braços abertos como uma filha, eles foram essências para a logística e sucesso da pesquisa, fica aqui meu eterno agradecimento.

E, por fim, à minha família, meu pai, minha mãe e minhas irmãs, pelo apoio e por todo amor que me deram e valores que me passaram ao longo da vida. Em especial ao meu companheiro Juliese, que desde o início me apoiou, deu força e suportou minha ausência com paciência e dedicação.

E não podia esquecer minha grande amiga Fernanda, historiadora e especialista em estudos afros, pelas diversas bibliografias indicadas e emprestadas; boa parte deste trabalho, devo a ela.

SUMÁRIO

ÍNDICE DE IMAGEM	I
ÍNDICE DE FIGURA	II
AGRICULTURA PRATICADA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA, POCONÉ-MT: O RESGATE DE UMA TRADIÇÃO.	III
RESUMO	III
ABSTRACT	IV
INTRODUÇÃO	5
PERCURSO METODOLÓGICO	7
ÁREA DE ESTUDO	8
COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO “CAMPINA DE PEDRA”: RESGATE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO NO ESTADO DO MATO GROSSO, BR.....	11
RESUMO	11
ABSTRACT	12
INTRODUÇÃO	13
FORMAÇÃO DOS QUILOMBOS NO BRASIL, ESCRAVIDÃO E RESISTÊNCIA.....	15
ES CRAVIDÃO E QUILOMBOS EM MATO GROSSO	18
QUILOMBOS NA ATUALIDADE	22
COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA – ORIGEM E FORMAÇÃO	25
CONCLUSÕES.....	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
DE ESCRAVO A CAMPONÊS: MODO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA, MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT	41
RESUMO	41
ABSTRACT	42
INTRODUÇÃO	43
O ESCRAVO NEGRO E SUA RELAÇÃO COM O TRABALHO	45

DE ESCRAVO A CAMPONÊS.....	52
QUILOMBO NO ENFOQUE AGROECOLÓGICO.....	57
A COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA-MT	59
AS ROÇAS DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA.	60
A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO NA PRODUÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DA RAPADURA	65
CONCLUSÕES	71
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	72
SÍNTESE FINAL	74
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	76

ÍNDICE DE IMAGEM

IMAGEM 1. MAPA DO ESTADO DE MATO GROSSO	9
IMAGEM 2. MAPA DE LOCALIZAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA	10

ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1: CAPELA DE SÃO SEBASTIÃO	29
FIGURA 2: ESCOLA MUNICIPAL DESATIVADA.	29
FIGURA 3: QUILOMBOLA NA ROÇA DE CANA.	64
FIGURA 4: ROÇA DE CANA.	64
FIGURA 5: PRODUÇÃO DE BANANA E MANDIOCA NAS EXTREMIDADES DA ROÇA DE CANA.	65
FIGURA 6: FORNO E TACHO, FASE INICIAL DA PRODUÇÃO DE RAPADURA.	67
FIGURA 7: GAMELA, FASE DE FABRICAÇÃO DA RAPADURA.	67
FIGURA 8: FORMAS DE MADEIRA, FASE FINAL DA PRODUÇÃO DE RAPADURA.	68
FIGURA 9: PEÇA DE MADEIRA DO ENGENHO MANUAL.	69
FIGURA 10: EMBALAGEM DA RAPADURA PRODUZIDA NA CRQ CAMPINA DE PEDRA.	70
FIGURA 11: GADO SE ALIMENTANDO DO BAGAÇO DA CANA.	71

AGRICULTURA PRATICADA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA, POCONÉ-MT: O RESGATE DE UMA TRADIÇÃO

AUTORA: NAIARA SILVA GONÇALVES

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a. JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

RESUMO

Estudos em Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQs) vêm ganhando destaque nas últimas décadas. Diversas comunidades vêm sendo reconhecidas e tituladas no Brasil. No estado de Mato Grosso, existem cerca de sessenta e cinco (65) CRQs, sendo que, deste total, trinta e três (33) se localizam na região do município de Poconé, que obteve um imenso fluxo de escravos no período colonial, devido à mineração de ouro, a cujo declínio se seguiram as plantações de cana de açúcar, com as grandes fazendas canavieiras. A região conhecida como cabeceira do Pantanal é bastante cobiçada por ser considerada uma área fértil. Neste sentido, o objetivo principal deste estudo foi estabelecer relações e interface entre a agricultura presente na Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra em Poconé-MT e a agroecologia, resgatando por meio da história oral as lutas, conflitos e resistência de uma comunidade negra rural. A comunidade vive da produção da rapadura, fabricada de modo artesanal, assim como, seus antepassados fabricavam, e guardam uma riqueza cultural imensa que é transmitida por gerações, as festas, ritos religiosos e organização do trabalho, fazem parte de seu cotidiano.

Palavras-chave: Território, modo de vida, agricultura e agroecologia

TRADITIONAL AGRICULTURE PRACTICED IN THE REMAINING COMMUNITY OF QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA, POCONÉ-MT

AUTORA: NAIARA SILVA GONÇALVES

ORIENTADORA: Prof^a. Dr^a JANICE RODRIGUES PLACERES BORGES

ABSTRACT

Studies in Quilombo Remnant Communities have been gaining prominence in the last decade, several communities have been recognized and titled, in Mato Grosso there are certain 65 CRQs, of which 33 are located in the region of the municipality of Poconé, A region that gained an immense flow of slave labor in the colonial period due to gold mining and that soon after the decline of mining, large sugar cane farms took over, the region known as the headwaters of the Pantanal is highly coveted as being considered a fertile area. In this sense, the main objective of this study was to establish relationships and interface between traditional agriculture present in the Quilombo Campina de Pedra Community in Poconé-MT and agroecology rescuing through oral history the struggles, conflicts and resistance of a rural black community. The community lives on the production of rapadura, it is manufactured in an artisan way as its ancestors made. The community keeps an immense cultural wealth that is transmitted by generations, the celebrations, religious rites and organization of the work, are part of their daily life.

Keywords: Territory, way of life, production and agroecology.

INTRODUÇÃO

A história da escravidão no Brasil é marcada por atos de resistências, lutas e coragem, caracterizados principalmente por organizações que enfrentavam a estrutura escravocrata existente no país. Dentre estas formas de se organizarem, destacam-se os quilombos compostos, sobretudo, de escravos fugitivos.

Esta resistência seguiu-se até a abolição da escravatura, porém, caminha até os dias atuais. Distintos dos ideais dos primeiros quilombos que buscavam a invisibilidade como proteção, as comunidades remanescentes de quilombos, na atualidade, buscam o reconhecimento e a visibilidade através da posse definitiva de suas terras. Com essas lutas contra a construção escravocrata em face dos conflitos territoriais, os quilombos assumiram uma identidade de uma maneira bem particular. Segundo Farias Júnior (2010), a categoria na qual se inserem os quilombolas está articulada com a situação histórica precedente, em que podemos identificar categorias sociais pelas quais os agentes sociais se identificam ou foram identificados durante o processo histórico. Essa construção identitária e a autodefinição convergem para uma territorialidade que se materializa concretamente, assumindo, assim, diversos processos na construção identitária deste grupo.

Segundo O'Dwyer (2010), o termo quilombo consiste em grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos, e na consolidação de um território próprio. Sendo assim, os quilombolas guardam consigo uma riqueza de conhecimento acerca do meio ambiente, pois detêm saberes, técnicas e manejos em situações ecológicas.

Cada vez mais se reconhece o papel fundamental dos quilombos para a conservação e uso sustentável dos recursos naturais, exercendo, assim, uma relação de reciprocidade com a natureza.

Na região de Mato Grosso, o fluxo de negros escravos no período colonial se deu principalmente pela descoberta do ouro; com a queda da mineração, esses escravos foram designados a outras funções, principalmente nas fazendas agropastoris, desta maneira, assumindo uma face de resistências, diversos quilombos foram criados no estado. Hoje, existem cerca de 65 (ses-

senta e cinco) Comunidades Remanescentes de Quilombos, sendo que quase metade se localiza na região de Poconé, e estas carregam consigo conhecimentos valiosos de viés cultural, ambiental e social.

Segundo Diegues (2000), o homem integra uma natureza fortemente cultivada, uma natureza construída, dessa forma, não é por acaso que as artes mais elaboradas são as que mais exaltam a natureza. A forma mais primorosa em que esta associação dos ritmos naturais e sociais aparece, por exemplo, é na obra de Evans-Pritchard (1978) os Nuer, na qual o autor faz uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo Nilota, que é no tempo ecológico que os Nuer realizam anualmente suas atividades laborais e rituais de acordo com as temporadas de chuva e de estiagem, sendo este o universo natural, seu relógio e calendário.

Em todas as Comunidades Remanescentes de Quilombos, este período está bem presente em seus ritos religiosos, festas e organizações de trabalhos, porém, cada comunidade possui seu calendário, que se divide em dias de ritos religiosos, dias festivos, dias de plantações, colheitas e reuniões de organizações políticas internas. O conhecimento destas comunidades pode auxiliar na diminuição de problemas socioambientais que o mundo atualmente enfrenta, devido ao relacionamento muito respeitoso com o meio ambiente, entendido por eles como parte significativa da sua vida e de seu sistema cultural.

Ao estudar o sistema produtivo das comunidades Remanescentes de Quilombo, com maior equidade procura-se entender sua complexidade cultural, social, técnica, ecológica e sua lógica evolutiva. De acordo com Fidelis e Bergamasco (2013), residem na história de cada Comunidade Remanescente de Quilombo pontos que andam na direção da sustentabilidade, afirmando sua importância como detentoras de saberes tradicionais muito próprios. Dentre esses saberes se encontra a agroecologia como um ponto de integração dos paradigmas socioambientais dessas comunidades. Segundo Caporal (2006), a agroecologia reconhece e se nutre dos saberes de povos tradicionais, como ocorre com quilombolas e com os demais atores sociais envolvidos em processos de desenvolvimento rural, incorporando o potencial endógeno.

Neste sentido, o objetivo principal deste estudo foi estabelecer relações e interface entre agricultura tradicional presente na Comunidade Remanescent-

te de Quilombo Campina de Pedra e a agroecologia, por meio da história oral. Este objetivo complementa e se articula com os específicos:

- Identificar as resistências e lutas territoriais;
- Descrever a história sociocultural da Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra;
- Analisar o sistema produtivo da Comunidade, referente a solo, manejos culturais, técnicas e manejos aprimorados;
- Verificar se o sistema de produção implementado pela CRQ estudada aproxima-se dos princípios agroecológicos;

Esta dissertação abarca uma introdução ao tema da pesquisa, a metodologia, os objetivos geral e específicos e dois artigos.

O primeiro artigo intitula-se *Comunidade Remanescente de Quilombo “Campina de Pedra”*: resgate histórico da construção de um território negro no Estado do Mato Grosso, Brasil. O referido artigo apresenta um contexto histórico das formações dos Quilombos no Brasil, no período colonial em que os negros escravos iniciaram a construção econômica e cultural deste país e do Estado de Mato Grosso, assim como as formações dos quilombos, estando tudo isso relacionado com a história de formação da CRQ Campina de Pedra, suas lutas por visibilidade e direitos territoriais, além de descrever o modo de vida dentro da CRQ estudada, suas festas, sua organização política e produção econômica.

O segundo artigo intitula-se *De escravo a camponês: modo de produção agrícola na Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra, Poconé – MT*. Este artigo traz a transição histórica do negro escravizado para a categoria de camponês, assim como seu modo de produção inserido dentro da agroecologia, trabalhando de maneira equitativa com o meio ambiente. Tem como foco a CRQ Campina de Pedra e seu modo tradicional de produção.

PERCURSO METODOLÓGICO

O Estudo de caso qualitativo se pautou por meio de uma descrição etnográfica com observação participante e análise da história oral a partir da memória social. Foram realizadas entrevistas com 11 famílias, totalizando 12

entrevistados, tomando como base um roteiro previamente elaborado (apêndice 01) e auxílio de um gravador e a elaboração de um diário de campo. Segundo Cardoso de Oliveira (2013), as descrições têm sempre uma dimensão interpretativa, pois embebida nos símbolos que dão sentido às práticas e às instituições estudadas, procura dar conta de realidades cuja nitidez é por vez de difícil apreensão. Sendo assim, a observação participante nos permite revelar as práticas do cotidiano a partir do contexto histórico e do fenômeno social de lutas e conquistas que são cultivadas pelas Comunidades Remanescentes de Quilombos, e desse modo possibilita a compreensão de dimensões fundamentais para a permanência no campo.

A etnografia nos ajuda a observar o cotidiano e a descobrir narrativas através das interações sociais, desta forma, nos permite conhecer uns aos outros. Geertz (1926) ressalta que é necessário ver o mundo do ponto de vista do nativo, permitindo-se assim capturar expressões, narrativas sobre trajetórias de vida, e percebendo a dinâmica das relações sociais que são construídas no campo. Sendo assim a etnografia nos permite vivenciar experiências de pessoas em sua realidade original. Peirano (1995) destaca que, o conhecimento etnográfico ficou a respeito de várias sociedades e culturas se enriquece. Isto significa que um pesquisador bem formado teoricamente é um pesquisador bem informado etnograficamente. Sendo assim, deve ir a campo preparado teoricamente, porém deve ter bem claro em mente que é o campo que direciona sua pesquisa, estando preparado para qualquer eventualidade que ocorra. Para isso, se faz necessário desconstruir paradigmas pré formado, ao entrar em uma realidade social diferente, tendo um olhar minucioso para as novas descobertas.

E Através da história oral podemos restabelecer através da fala e fragmentos a construção da história por meio da memória coletiva comunidade estudada. Segundo Alberti (2004), a história oral permite reconstituir a história através de suas múltiplas versões, e capta a lógica e o resultado da ação através de seu significado expresso na linguagem do ator.

Área de Estudo

Estudo realizado no Mato Grosso, município de Poconé, a cerca de 100 km de distância da capital do estado, Cuiabá (imagem 1). De acordo com o

IBGE o Município de Poconé teve origem em 1777, com a descoberta do ouro, sendo, primeiramente, denominado Beripoconé, em referência à tribo indígena que habitava a região; abriga a maior quantidade de comunidades Remanescentes de Quilombos que existe: em torno de 33 das 65 existentes no Estado de Mato Grosso.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra localiza-se às margens da MT 451 (imagem 2), é uma das comunidades mais antigas da região, e que recebeu diversas influências de lideranças religiosas. A comunidade está inserida na entrada do pantanal Mato-Grossense, local em que existem diversas fazendas de produção de soja e de pecuária, além de áreas de garimpo em seu entorno. A região onde se localiza a comunidade é bastante conflituosa, pois abriga grandes fazendas, diversas CRQs, além de assentamentos rurais. Guerino (2013) enfatiza que os moradores da Comunidade Quilombola Campina de Pedra apresentam uma organização social que possibilita aos sujeitos desse espaço se apropriar de forma igualitária dos frutos do trabalho, de modo que possam manter suas vidas guiadas pelo espírito de coletividade. Neste sentido, a comunidade possui um importante papel na forma de organização política, tornando-se referência a diversas outras comunidades.

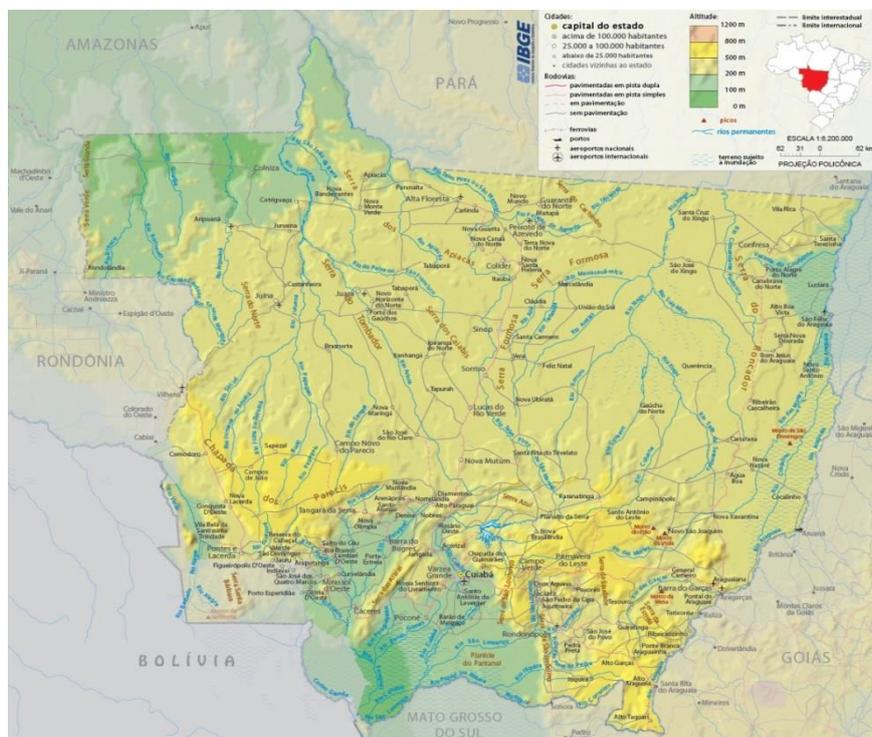


Imagem 1. Mapa do Estado de Mato Grosso Fonte. IBGE

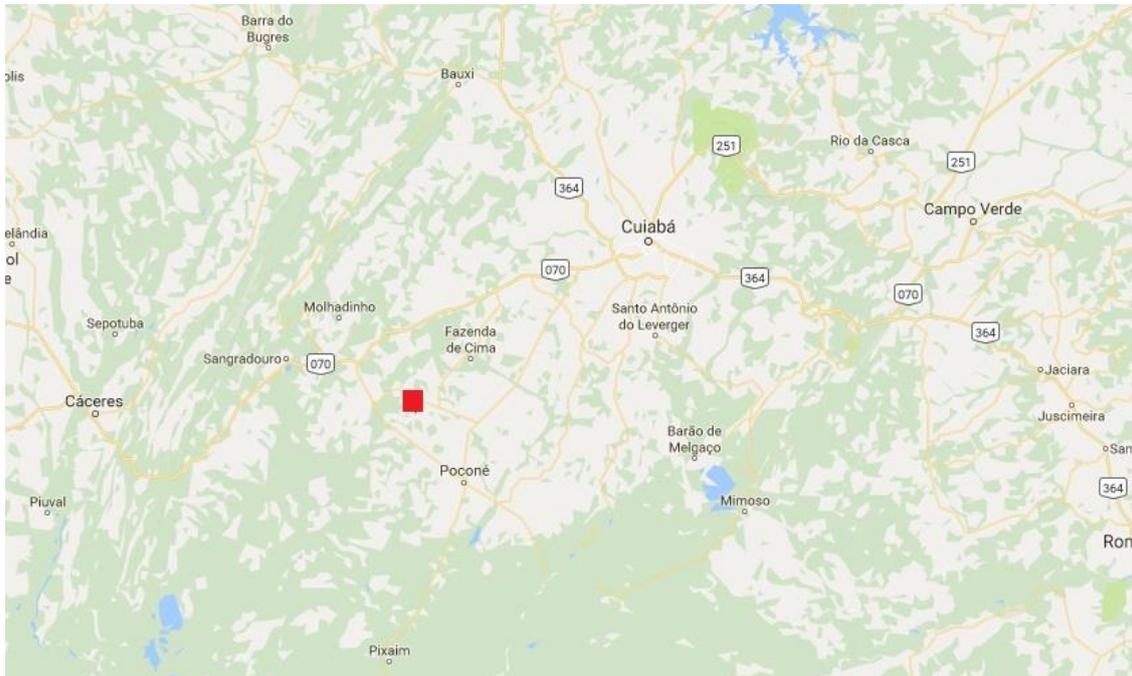


Imagem 2. Mapa de localização da Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra Fonte. Google maps.

COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO “CAMPINA DE PEDRA”: RESGATE HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE UM TERRITÓRIO NEGRO NO ESTADO DO MATO GROSSO, BR.

RESUMO

O Estado do Mato Grosso conta com 65 (sessenta e cinco) comunidades remanescentes de quilombo (CRQs) - territórios étnicos que têm como fator histórico a segregação social e, ao mesmo tempo, são possibilitadores do fortalecimento de mecanismos de defesa da identidade cultural. Contudo, essas CRQs são ainda pouco documentadas e estudadas, existindo sobre elas uma lacuna de pesquisas acadêmicas, bancos de dados e informações atualizadas. Assim, este artigo tem como objetivo apresentar o resgate da origem e evolução da CRQ Campina de Pedra, por meio da história oral, observação participante e caderno de campo com o intuito de dar voz a seus moradores, de explorar as especificidades desta comunidade no que tange à organização socio-cultural, às relações entre organização e traços culturais, identidade, luta e resistência. A Comunidade possui uma riqueza cultural que perpassa gerações, o sistema tradicional de produção de cana e rapadura, o conflito de identidade em seu interior e uma história de resistência ao seu entorno.

Palavras-chave: Quilombo, Memória, Identidade Cultural, Resistência.

ABSTRACT

The state of Mato Grosso has 65 (sixty-five) remaining communities of quilombos (CRQs)- ethnic areas whose historical fact social segregation and, at the same time, enabler strengthening defense mechanisms of cultural identity. However, these (CRQs) are few documented and studied, there is a lack of academic research, database and updated information on the same. Thus, this article aims to present the rescue of the origin and evolution of CRQ Campina de Pedra, through oral history, participant observation and field notes in order to give voice to its residents, to explore the specific characteristics of the community in regard to socio-cultural organization, the relationship between organization and cultural traits, identity, struggle and resistance. The Community has a rich culture that permeates generations, traditional production system sugarcane and rapadura and conflict of identity inside and a history of resistance to its surroundings.

Keywords: Quilombo, Memory, Cultural Identity, Resistance.

INTRODUÇÃO

Durante séculos de escravidão, os negros assumiram um cenário de resistência e lutas com estratégias e organizações para proteção e sobrevivência, além de delinearem a estrutura social e cultural do Brasil e construírem a economia base do desenvolvimento do país. Economia, por sinal, pautada principalmente no entorno dos grandes engenhos açucareiros (RIBEIRO, 1995).

Neste longo período escravagista, muitos negros escravizados lutaram contra esse sistema opressor. Segundo Volpato (1993), a escravidão era um sistema de dominação pessoal baseado na repressão, tendo como alicerces básicos a violência física, administrada de acordo com a vontade arbitrária do senhor, mesmo que existissem os limites jurídicos quando tal violência fosse excessiva. A busca do sonho de liberdade fazia com que rebeliões e fugas se tornassem comuns entre os cativos. A partir dessas fugas, originaram-se as comunidades denominadas quilombos. Os quilombos possuíam organizações estruturadas, e alianças que lhes davam uma característica heterogênea socialmente, além de uma economia própria. Os indígenas eram os maiores aliados dos quilombos, dando o delineamento de uma diversidade étnico-cultural a essa micro sociedade (GOMES, 2015).

Em Mato Grosso, a grande fonte econômica no período do Brasil colônia era a mineração, o que atraiu um grande fluxo de escravos para os garimpos. Com a queda da mineração, esses escravos foram remanejados para outras funções como a agropastoril nas grandes propriedades de terras. Volpato esclarece que:

As grandes propriedades de senhores de escravos desenvolviam vários tipos de atividades: nas terras de serra acima e rio abaixo era explorada a cana-de-açúcar, como os engenhos de fabricar açúcar e seus subprodutos, principalmente a rapadura e a aguardente. Nessas propriedades havia criação de gado, lavoura de gênero de abastecimento (VOLPATO, 1993, p. 36).

A cabeceira do Pantanal Mato-Grossense era uma das áreas mais disputadas pelos senhores de escravos, por ser bastante fértil. Nos dias atuais, essa região do Pantanal possui uma das maiores aglomerações de Comunida-

des Remanescentes de Quilombo (CRQ) do Estado, reflexo do período escravagista e do grande fluxo de escravos na região. Esta região também foi e continua sendo palco de luta e resistência das Comunidades, contra um grande processo de lutas territoriais, com tais comunidades assumindo uma identidade cultural construída ao longo do tempo e buscando a visibilidade que lhes foi negada por décadas.

Diferentemente dos seus antepassados que viviam na invisibilidade, como uma forma de proteção, esses grupos remanescentes, atualmente, reafirmam uma identidade social, assumindo a categoria de sujeitos de direitos para terem acesso a dispositivos legais do reconhecimento e titulação de seus territórios. Assim, a identidade coletiva do grupo perpassa a construção de seu território e a posse definitiva deste. Neste sentido, um estudo de contextualização histórica nos possibilita interpretar o passado e entender a atual construção social dessas comunidades remanescentes de quilombos e suas modificações ao longo do tempo, além de buscar através do diálogo a visibilidade política.

No Estado de Mato Grosso, o município de Poconé, a cerca de 110 km de distância da capital Cuiabá, abriga a maior quantidade de comunidades Remanescentes de Quilombos, sendo trinta e três (33) comunidades das sessenta e cinco (65) existentes no Estado de Mato Grosso. A comunidade remanescente de quilombo Campina de Pedra, localizada às margens da rodovia MT 451, é uma das mais antigas da região, com uma forte influência religiosa. Guerino (2013) enfatiza que os moradores desta comunidade apresentam uma organização social que possibilita aos sujeitos desse espaço apropriar-se de forma igualitária dos frutos do trabalho, de modo que possam manter suas vidas guiadas pelo espírito de coletividade.

Este artigo tem como objetivo apresentar o resgate da origem e evolução da CRQ Campina de Pedra, localizada na área rural do município de Poconé-MT. Para tal, buscou-se metodologicamente, através do viés da história oral, revisão bibliográfica, observação participante e caderno de campo, dar voz aos moradores e suas memórias, e explorar as especificidades desta comunidade no que tange à organização sociocultural, às relações entre organização e traços culturais, identidade, luta e resistência de uma CRQ mato-grossense. Foram realizadas 12 entrevistas; a maioria dos entrevistados faz

parte da 3ª geração de descendentes; com o auxílio de um gravador e questionário previamente elaborado, buscou-se abranger a história de formação da Comunidade, com os seus conflitos territoriais e sociais, além do modo de vida de seus integrantes.

Contudo, faz-se necessário iniciar o artigo com os antecedentes históricos da escravidão negra e dos quilombos no Brasil e em Mato Grosso.

Formação dos quilombos no Brasil: escravidão e resistência

O termo “quilombo” foi difundido no Brasil para designar local de resistência de escravos fugitivos e esteve presente em todo período escravagista, existindo em todas as extensões territoriais do Brasil (MOURA,1987). Inicialmente, o termo que caracterizava esses locais era mocambo, derivado de *mu-kambu*, sendo uma palavra do dialeto Quimbundo. Gomes (2015) ressalta que, desde as primeiras décadas da colonização, esses locais de refúgios ficaram conhecidos como mocambos e depois passaram a ser chamados de quilombos. Os senhores de escravos e, principalmente, os capitães-do-mato preferiam designar estes espaços de mocambo (FREITAS, 1982). Porém, o termo “quilombo” só apareceu nos documentos coloniais no final do século XVII, usado principalmente por historiadores e antropólogos (GOMES, 2015).

De acordo com Silva (2003), a origem histórico-linguística da palavra quilombo está ligada ao território africano do Zaire e Angola, situados na África Central, sendo originada de povos de língua bantu. Membros desses povos foram trazidos para o Brasil, sendo que Ribeiro (1995) ressalta que, os povos de língua bantu vieram no terceiro grupo de africanos escravizados, nativos da área hoje compreendida por Angola e que corresponde ao atual território de Moçambique. Em uma forma de luta e resistência contra o escravagismo brasileiro, estes escravos fugiam e se uniam na construção de um novo território, o que acabou dando origem aos quilombos.

Na cultura africana, *kilombo* significa: um lugar cercado e fortificado (SILVA, 2003) ou arraial/acampamento (FREITAS, 1982,1983). Os escravos fugidos procuravam lugares afastados, de difícil acesso, como matas fechadas, montanhas para a construção dos quilombos como uma forma de invisibilidade

e proteção. Neste sentido, alguns levavam anos para serem descobertos. Porém, existe uma forte diferença entre os quilombos africanos e os quilombos brasileiros. Silva (2003) ressalta que existiu uma forte influência da experiência do quilombo africano sobre o quilombo brasileiro, mas isso não significa que os quilombos brasileiros sejam uma cópia dos quilombos que existiram naquele continente.

Em 1740, em uma resposta ao rei de Portugal, o Conselho Ultramarino definiu formalmente quilombo como *“toda habitação de negros fugidos, que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados e nem se achem pilões nele”*. Segundo Almeida (2002), esse conceito possui cinco elementos básicos a) a fuga; b) uma quantidade mínima de fugidos; c) o isolamento geográfico, em locais de difícil acesso e mais próximos da natureza não habitada do que da civilização; d) moradia habitual, referida no termo “rancho”; e) autoconsumo e capacidade de reprodução, simbolizados na imagem do pilão de arroz. Com esses elementos, que definem os quilombos, constituiu-se a noção de que os quilombos eram espaços que estavam fora e distante de uma civilização, tendo assim uma subsistência. Por isso, os quilombos chegaram a ser classificados de diferentes formas. Gomes destaca que:

Coexistiram diversas formas de quilombo: havia aqueles que procuravam construir comunidades independentes com atividades camponesas integradas à economia local, exista o aquilombamento caracterizado pelo protesto reivindicatório dos escravos em relação a seus senhores e havia os pequenos grupos de fugitivos que se dedicavam a razias e assaltos às fazendas e povoados próximos. (GOMES,2005, p.34).

Segundo Freitas (1983), havia sete tipos de quilombos fundamentais: os agrícolas, os extrativistas, os mercantis, os mineradores, os pastoris, os serviços e os predatórios. Os *agrícolas* estavam presentes em todo o Brasil; os *extrativistas* eram encontrados principalmente na região amazônica; os *mercantins*, também situados na região amazônica, adquiriam as drogas dos sertões diretamente dos povos indígenas e as vendiam para os regatões; os *mineradores*, presentes nas regiões de Minas Gerais, Bahias, Goiás e Mato Grosso; os *pastoris*, presentes na região do Rio Grande do Sul, voltados principalmente para a criação de gado; os de *serviços*, em que os integrantes saíam para tra-

balhar nos centros urbanos passando-se por negros alforriados; e os *predatórios*, que podiam ser encontrados em todas as regiões, cujos integrantes viviam de saques. Freitas (1983) destaca que a agricultura não estava totalmente ausente nestes seis últimos tipos, mas que servia como base para o quilombo.

Neste sentido, os quilombos tinham um desenvolvimento econômico local e não dependiam da estrutura da sociedade colonial, mas daquilo que eles próprios produziam (MOURA,1987). Com isso, construíram comunidades independentes e subsistentes, com localização geográfica estratégica, para a sobrevivência do quilombo, geralmente situadas em áreas cercadas por rios e montanhas, o que lhes proporcionava maior segurança em relação a ataques, além de terra fértil e produtiva.

É importante destacar que inicialmente algumas comunidades de escravos fugidos no Brasil também foram formadas por cativos indígenas (GOMES, 2015). Não podemos esquecer que a escravidão não foi somente de negros, mas também de indígenas, e que nas primeiras décadas da colonização, foram estes que iniciaram o desenvolvimento da economia no país. Naquele período, os cativos negros eram minorias, predominando os indígenas, sendo estes utilizados na extração do Pau-Brasil ou como nas lavouras de cana. De acordo com Freitas (1983), cerca de um milhão de indígenas foram submetidos de forma direta ou indireta no processo de escravidão, abolido legalmente no final do século XVIII.

Diversos fatores contribuíram para a formação dos quilombos no Brasil. A necessidade de aquilombar-se teve múltiplas motivações: para dar continuidade a suas identidades culturais, para fugir dos violentos castigos corporais¹ praticados pelos seus senhores, para conquistar a liberdade de cultivar em suas próprias terras; e até mesmo para não serem transferidos para outros senhores. A liberdade era parte do sonho de todos os escravos, sendo esta classificada por Volpato (1993) de duas formas: a que visa conseguir escapar do cativeiro e outra, para não ser recapturado. Para isso, os escravos recorriam a estratégias e conhecimento, manifestando resistência ao impor-se ao sistema de barbárie da escravidão, mostrando a capacidade de formar uma comunidade organizada socialmente e com relações complexas, ao contrário do que pensava a elite golpista e escravagista da época. Freitas (1982) afirma que os

quilombos foram instrumentos de excelência de luta dos escravos na formação social do Brasil.

O quilombo de Palmares foi o mais conhecido no Brasil. Segundo Moura (1987), o quilombo de Palmares foi a maior manifestação de luta contra o escravagismo na América Latina, durou o período de 100 anos e desestabilizou o sistema escravocrata local. Foi também um dos maiores do Brasil na metade do século XVII. A população palmarista era estimada em milhares de pessoas, distribuídas em inúmeros quilombos (GOMES, 2015). Foram bastante temidos pelas autoridades locais.

Dentro do contexto histórico da concepção dos quilombos no Brasil, encontra-se a formação de um povo por meio de lutas e resistências, com configurações econômicas independentes e ligadas localmente. A construção de relações sociais e culturais se opunha ao regime opressor, criando reflexões em torno da camada marginalizada da sociedade. Muito mais que um espaço apenas de negros, o quilombo também era um abrigo para a população oprimida. De acordo com Moura (1987), o quilombo era um refúgio de muitas camadas marginalizadas pela sociedade escravista, independente de sua cor. Permitindo manter convivência entre muitas categorias sociais, tais como escravos assenzalados, indígenas, soldados desertores, homens pobres e livres, devedores do fisco e comerciantes do litoral (MOURA, 2009).

Escravidão e Quilombos em Mato Grosso

A colonização de Mato Grosso ocorreu na primeira metade do século XVIII. A capitania era constituída por apenas dois distritos: o de Cuiabá e o de Mato Grosso, este com suas duas vilas: a Vila Real do Senhor Bom Jesus de Cuiabá e a Vila Bela da Santíssima Trindade (JESUS, 2012). Naquele período, a principal atividade econômica era a mineração, a qual gerou também um desenvolvimento agropastoril na região (LORDELO, 2010). Isso resultou em um aumento de importação de escravos como mão de obra na mineração e nas fazendas. Os negros eram trazidos para a capitania de Mato Grosso advindos de rota do norte e do sul do país por monções. Lordelo esclarece que:

Os escravos podiam chegar à capitania de Mato Grosso tanto pelas rotas do Norte, passando pelas capitânicas do Gão-Pará e Maranhão, navegando pelos rios Madeira-Guaporé, por vias denominadas monções do norte e também pelas monções do Sul, pelas capitânicas de São Paulo, Rio de Janeiro e ainda pela Capitania da Bahia (LORDELO, 2010, p.45).

De acordo com Lordelo (2010), o maior número de escravos (65%) adquiridos na capitania de Mato Grosso vinha da monção do sul, principalmente dos portos do Rio de Janeiro e eram oriundos principalmente de Angola e Benguela.

De acordo com Camargo (2012), a extração predatória do ouro promoveu o rápido esgotamento das minas e atuou no processo produtivo de forma a deslocar os capitais utilizados na mineração para outros setores. Neste sentido, com a crise da mineração e as mudanças na economia, a importação de escravos para a região diminuiu, causando a redução dos plantéis (MOURA, 2009). Com isso, muitos escravos foram remanejados para trabalhos agrícolas. Crivelente (2012) ressalta que, com a crise da mineração, muitos proprietários de terras e minas redirecionaram seus investimentos. A economia passou a se voltar para fazendas de gado estabelecidas nas cabeceiras do Pantanal e engenhos de açúcar na região de serra, acima e nas margens do rio Cuiabá (VOLPATO, 1993).

Essa diversificação na produção foi a alternativa mais viável que a população local encontrou para enfrentar a crise, sendo os engenhos um dos principais elementos dessa nova economia. Volpato (1993) afirma que a posse de um engenho era elemento de muito prestígio para os proprietários de Mato Grosso. Tais fábricas se localizavam, preferencialmente, em terras de serra acima, que possuíam um clima ameno e uma área fértil. Com isso, surgiram grandes áreas de monoculturas, nas quais a mão de obra era formada inteiramente de escravos, que eram designados tanto para os canaviais como para os engenhos.

Com esta reorganização da economia, os núcleos urbanos na capitania foram aumentando:

Com a decadência da mineração, novos núcleos urbanos foram surgindo, assentados no trabalho escravo, em outras localidades da capitania, vilas e lugarejos situados na Chapada (hoje, dos Guimarães) e Serra Acima, Poconé, Nossa Senhora

do Livramento, povoados formados próximo às margens do Rio Cuiabá, somavam mais de 15.444 habitantes (CHAVES, 2000, p. 32).

As relações escravistas eram o suporte básico da economia mercantil mato-grossense ao longo do século XVIII. Com isto, vigoraram também as diferentes formas de resistência escrava (CHAVES, 2000). Assim como os escravos do restante do Brasil, no Mato Grosso muitos se rebelaram diante do intenso sofrimento, e através das fugas formavam-se os quilombos.

A capitania de mato grosso possuía uma região de fronteira com os domínios espanhóis, isso facilitava a fuga de escravos negros também para o lado hispânico, principalmente na Amazônia colonial como um todo. Tanto escravos negros como indígenas se beneficiavam de rotas de fuga que se estendiam para o outro domínio que não pertencia aos portugueses (LORDELO, 2010, p.77).

Nessas fugas, diversos quilombos foram criados, entre eles o Quariterê, depois chamado de Piolho, formado no século XVIII, e localizado na região de Vila Bela, às margens do rio Quarité. Era considerado um dos maiores quilombos do Mato Grosso naquele período e era liderado por uma mulher chamada de rainha Tereza Benguela durante 27 anos. Gomes ressalta em sua obra que:

No Mato Grosso, no alvorecer do século XVIII, apareceu o grande quilombo do Quariterê, depois conhecido como piolho. Por volta de 1770 ele foi atacado e destruído, e foram capturados entre homens, mulheres e crianças mais de cem quilombolas, sendo trinta índios. Em 1795, esse quilombo reapareceu descrito em detalhes no diário de Francisco Pedro de Melo, um bandeirante enviado para destruí-lo e que também encontrou ouro (GOMES, 2015, p.61).

Os ataques aos quilombos também eram constantes. Expedições eram montadas como uma forma de destruir e recapturar os escravos fugidos. De acordo com Gomes (2005), muitos negros dos quilombos, quando atacados, se escondiam na floresta. Sabendo disso, as expedições anti-mocambo destruíam as roças e os ranchos, com a intenção de inibir sua reorganização. Porém, os que conseguiam escapar, retornavam e se reorganizavam em locais próximos ao antigo quilombo. Gomes (2005) destaca o caso do quilombo do Piolho, on-

de, após vinte e cinco anos do primeiro ataque, a bandeira encontrou, além de criações, grandes plantações, inclusive de algodão, com o qual confeccionavam panos grossos e fortíssimos.

Além das fugas, os assassinatos dos senhores pelos escravos eram bastante comuns como uma forma de resistência, como relatado por Faria Junior:

Para exemplificar tais processos sociais de resistência, podemos nos referir ao ofício datado de 5 de abril de 1773, assinado pelo governador da capitania de Mato Grosso, Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, ao secretário de estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, comunicando o assassinato de Manoel José Pinto pelos seus escravos (FARIA JUNIOR, 2011, p.88).

No Mato Grosso, o município de Poconé teve um grande fluxo de escravos. Fundado em 1777, abrigava inicialmente os povos indígenas Bororos. A região, riquíssima em ouro, atraiu diversas pessoas na época. De acordo com Almeida (2012), com a descoberta do ouro, a notícia se espalhou rapidamente entre os povoados, havendo um grande deslocamento de senhores de escravos e garimpeiros para o local. É possível ainda ver no município as marcas desse período, como danos ambientais causados pelos garimpos, estando alguns garimpos ativos até os dias atuais. Outra marca deixada por esse período de exploração remete à resistência e luta na formação dos diversos quilombos da região de Poconé: a existência de 33 comunidades remanescentes de quilombos dos 65 existentes no estado de Mato Grosso. É possível com este dado contabilizar o intenso fluxo de escravos que passou por essa região, e a grande importância desta para a história de Mato Grosso.

Estudos referentes à presença negra na capitania de Mato Grosso e principalmente a de resistência e formação dos quilombos na região ainda são bem escassos (LORDEIRO, 2009; MULLER et al, 2015). Uma parte da história de formação do Estado parece ter sido esquecida, já que poucos autores fazem referência à presença dos escravos e, principalmente, à formação dos quilombos em Mato Grosso.

Quilombos na atualidade

Após a abolição formal da escravatura em 1888, surgiu a necessidade de estabelecer uma nova conceitualização identitária para essas comunidades quilombolas. Muito além de escravos fugidos, o quilombo passou a ganhar novos significados, gerando uma visibilidade e, por extensão, garantia principalmente de seus direitos e acesso à terra, e o reconhecimento de sujeito político etnicamente englobado na categoria de remanescentes de quilombo (ARRUTI, 2003). Ao longo do tempo, cada comunidade remanescente de quilombo assumiu sua identidade de diferentes maneiras, sendo principalmente uma reafirmação como base da legalização de seus territórios.

Segundo Farias Júnior (2010), a categoria em que se insere o quilombola está articulada com a situação histórica precedente, na qual podemos identificar categorias sociais pelas quais os agentes sociais se identificam ou foram identificados durante o processo histórico, ou seja, foram criados em determinado espaço e tempo. Assim, a construção de uma identidade parte da autodefinição e converge para uma territorialidade, que se materializa concretamente, assumindo assim diversos processos de construções.

O artigo 68 da Constituição Federal¹ reconhece aos remanescentes das comunidades de quilombos a propriedade definitiva das terras que estivessem ocupando, bem como a obrigação do Estado em lhes emitir os respectivos títulos. Segundo Schmitt (2002), esses grupos que hoje são considerados remanescentes de comunidades de quilombos se formaram a partir de uma grande diversidade de processos, na qual estão inclusas as fugas com ocupação de terras livres e, geralmente, em locais isolados. Porém, em alguns casos, o grupo ganhou essa terra de heranças, doações ou até mesmo de recebimento como pagamento de serviços prestados ao Estado ou a simples permanência nas terras que ocupavam.

De acordo com Almeida (2011), no final do século XX e no início do século XXI, a construção conceitual de quilombo começou a ser usada para fins de aplicação constitucional para conferir direitos territoriais. Deste modo, tornou-se uma palavra de uso político para acesso aos direitos dessas comunidades.

A Constituição de 1988, portanto, veio inaugurar um direito que vinha sendo negado desde a Lei de Terras de 1850 (LEITE, 2010), o reconhecimento e a posse definitiva de suas terras. Durante séculos, as comunidades quilombolas permaneceram cercadas pela “invisibilidade”. Se antes essa invisibilidade significava proteção, tendo em vista que o ponto fundamental dos antigos quilombos era a procura da liberdade para poder construir e reconstruir sua identidade social, hoje é o reconhecimento da posse de terras ocupadas que garante a identidade sócio-cultural. Na contemporaneidade, os quilombolas lutam por reconhecimento dos seus direitos e é importante ressaltar que a denominação de quilombo está muito além do escravo fugido, como no contexto histórico. De acordo com O’Dwyer (2010), o termo quilombo refere-se a grupos que desenvolveram práticas cotidianas de resistência na manutenção e reprodução de seus modos de vida característicos e na consolidação de um território próprio.

Diversas questões vêm se abrindo no campo dos direitos étnicos desde a constituição de 88. Segundo Leite (2000), o Estado Brasileiro, ao reconhecer uma formação social diversa e desigual, teria então que colocar-se como árbitro e defensor desse direito, reconhecendo com isto a existência de grupos culturalmente diferenciados. De acordo com Barth (1998), os grupos étnicos não são simples ou necessariamente baseados na ocupação de territórios exclusivos, mas pelos diferentes modos pelos quais eles se conservam, não de uma maneira única pautada no passado, mas por uma contínua validação e reafirmação cultural e social.

O Brasil ainda caminha em uma jornada lenta e constante em direção ao reconhecimento de direitos desses grupos étnicos. A Constituição 1988 foi um grande passo para as comunidades quilombolas, mas a prática deste direito conquistado depende das autoridades políticas. Como exemplo disto, podemos citar que foi apenas em 1995 que a Comunidade de Boa Vista, no Estado do Pará, conseguiu conquistar a condição de primeira comunidade Remanescente de Quilombo titulada no Brasil (ARCHANJO, 2015).

Desde a Constituição, pouco se tem avançado nas titulações quilombolas; isso se expressa claramente entre 1988 e 2003:

Durante os governos dos presidentes José Sarney, Fernando Collor, Itamar Franco e Fernando Henrique Cardoso, a questão

das titulações dos territórios quilombolas não teve significativos avanços. Pelo contrário, pode-se dizer que durante esse período viu-se um grande retrocesso no reconhecimento do direito à titulação (BRASIL, 2012a, p.18).

Com isso, diversos movimentos foram criados com o intuito de pressionar o governo e garantir o direito já adquirido. Em 2001, no governo de Fernando Henrique Cardoso, foi instituído o decreto 3.912/2001. De acordo com Brasil (2012a), no decreto prevaleceu um conceito reducionista da própria condição quilombola e atribuiu-se apenas à Fundação Cultural Palmares a competência da realização desse processo administrativo. Além disso, limitou-se esses processos de titulação a áreas da União, excluindo, assim, áreas quilombolas em propriedades privadas.

Em 2003, com o início do Governo do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, os movimentos quilombolas intensificaram a pressão, principalmente em relação à modificação do decreto 3.912/2001 instituído por Fernando Henrique Cardoso. Brasil (2012a) ressalta que a demanda dos movimentos quilombolas naquele período apontava a existência de 1527 CRQs no país, mas entre 1995 e 2003 apenas 53 títulos haviam sido emitidos. Em 2003, o decreto (4887/03) priorizou a autodefinição como um dos principais instrumentos para titulações das CRQs.

Entre 2003 e 2010 ocorreram avanços significativos na política de regularização fundiária das comunidades quilombolas, com a publicação dos Decretos 4.883 e 4.887/2003, que devolveram a competência da regularização fundiária para o INCRA (BRASIL, 2012b).

A certificação expedida pela Fundação Cultural Palmares é o primeiro passo para a regularização e titulação das CRQs, passando depois para o processo de regularização fundiária sob a responsabilidade do INCRA. A burocracia e o tempo para o reconhecimento territorial dessas CRQs representam um dos principais motivos para as poucas comunidades possuírem suas titulações. De acordo com o INCRA (2016), entre 2005 e 2016, foram emitidos 213 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação (RTID), 82 decretos, 121 portarias e apenas 86 títulos para um total de 2.600 comunidades certificadas no país.

Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra – Origem e formação

A comunidade Campina de Pedra se descobriu como remanescentes de quilombo há pouco tempo, segundo relato dos moradores. Em 2002, o Professor Antônio Eustáquio Moura, do Departamento de Pedagogia da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), coordenou um projeto na região intitulado “História e memória: comunidades negras rurais de Poconé/MT”. Com base nesse estudo, veio o reconhecimento da Comunidade, sendo esta, em 2005, titulada pela Fundação Cultural Palmares como Remanescente de Quilombo.

“O momento em que a comunidade passou a ser reconhecida como remanescente de quilombo, a primeira coisa que eles fizeram (equipe do Professor Moura) foi o histórico da comunidade, quem foi o fundador da comunidade, quem foram os primeiros moradores [...] aí eles começaram a fazer o histórico, entrevistaram as pessoas mais idosas, falaram com meu pai, com minha mãe” (Informante I, 55 anos)

Com mais de 200 anos de existência, a comunidade vem de uma linhagem da família Mendes, que descende de Benedito Mendes Gonçalves, casado com Benedita Mendes Silva. Após a morte de sua esposa, casou-se com sua cunhada Clara Escolástica da Silva, tendo assim um total de 15 filhos nos dois casamentos. A família Mendes resistiu a um longo processo de lutas territoriais. Inicialmente residiam na região denominada por eles como Cachoeira. De acordo com Almeida (2012), até meados do século XIX os quilombolas residiam na região da sesmaria Formiga, onde existia, no interior, várias localidades denominadas de Boa Vista, Fazenda Grande, Capão de Abóbora e Cachoeira.

A região da Cachoeira era uma área rica em água, enquanto a Campina possuía uma área bastante fértil para o cultivo das roças. Assim, os quilombolas residiam na Cachoeira e possuíam suas roças na Campina, a cerca de 12 km de suas residências.

“Nós mudamos de lá pra cá né, porque toda vida nós trabalhava aqui nesse mato, de lá nós vinha trabalhar aqui” (Informante II, 71 anos).

“Lá era bom porque lá tinha bastante água, lá não secava, lá tinha um córrego que não secava” (Informante VI, 62 anos).

Segundo relato dos moradores, na década de 60, foi solicitado por um fazendeiro vizinho, Leonildo Pereira Leite, a medição das terras, ocorrendo, assim, uma permuta de terra com o fazendeiro.

“Ele tinha muita terra (Benedito Mendes); ele até vendeu aqui a área do IMBE, tinha mil hectares; aí quando mediram, mamãe tinha duas famílias de herdeiros né, uma turma mais velha não queria que essa turma dela, esse eu lembro né, que recebesse a herança, e tinha o finado Leonido ali, eles deram terra pra burro para esse homem, para deserdar a turma; daí, aí tinha um tio que era de lá do exército, botou quente, aí quando foi dividir, dividiu pra tudinho 60 hectares para cada um daqui” (Informante VIII, 70 anos).

O conflito entre os filhos do primeiro e do segundo casamento do Senhor Benedito Mendes pela herança da terra foi um dos motivos da divisão e permuta da terra na região da cachoeira. Almeida esclarece este episódio em seu trabalho:

O Fazendeiro fez o requerimento solicitando que cada um dos 15 filhos do Sr. Benedito Mendes, a primeira geração, obtivesse 60 hectares [...] totalizando 900 hectares. Assim foi feito, mas o problema é que nem todos os filhos quiseram as terras, por entenderem que terra, na época, não tinha valor comercial. Com isso, o fazendeiro comprou as áreas de alguns que não queriam, trocou por alimentos, roupas, utensílios domésticos com outros, de maneira que, desses 900 hectares ofertados aos quilombolas, ficaram apenas 128 hectares. (ALMEIDA, 2012, p.82).

Assim, os fazendeiros foram se apossando das terras, comprando-as por valores ínfimos, não dando outra opção aos quilombolas, tendo estes que mudar para a região da Campina de Pedra, deixando para trás uma parte de sua história e memória, como o cemitério onde estão enterrados seus antepassados e diversos locais de grande importância para identidade étnica da comunidade.

“Nós viemos de lá pra cá; porque a terra foi medida. A terra era assim comum, aí nós morava lá, na tal da cachoeira. De lá mediram, a medição o fazendeiro comprou e passou nós pra cá” (Informante VI, 62 anos)

“Aí trocou com o fazendeiro Leonildo Pereira. Eles trocaram a terra lá, era bem aí! fica pertinho da fazenda Paraná. Tem o mangueiral, onde nós nasceu, onde tem o cemitério. É tudo lá” (Informante I, 55 anos).

Muitos descendentes não sabem explicar como de fato ocorreu essa permuta de terras. Trata-se de algo ainda confuso na memória da Comunidade. Entretanto, é uma parte da história que não se apaga. A terra da Cachoeira possui um valor cultural inestimável, além do valor territorial superior ao da Campina, por se tratar de uma área com maior extensão e rica em recursos hídricos.

O território é a parte primordial de construção étnica da comunidade. Nele está toda reprodução material e cultural do modo de vida de seus habitantes, sendo instituído socialmente em uma determinada situação histórica, como o caso dos quilombos. Neste sentido, a identidade quilombola passa pela construção coletiva de um território e pela defesa deste território frente a outros grupos ou frente ao Estado (VIEIRA, 2010).

Com aproximadamente 40 anos passados dessa permuta de terra, em 2005, a comunidade Campina de Pedra foi reconhecida como remanescente de quilombo. A partir daí iniciou-se uma luta intensa por parte da liderança e dos moradores, buscando assim uma vida mais digna e justa para a comunidade, com incentivos de políticas públicas e das lutas territoriais.

“Hoje através da história da comunidade [...] passamos a assumir a frente e buscar atitude de vida, de melhoria de vida para a população da comunidade” (Informante I, 55 anos).

“Depois que nós descobrimos que era desses (quilombolas), deu uma melhorada, que aí o governo enxergou nós, ele começou a ajudar nós aqui” (Informante VII, 59 Anos).

A construção da categoria quilombo na comunidade foi incorporada com muito orgulho pelos seus moradores, que se reconhecem como possuidores de uma ancestralidade negra escravizada.

“A comunidade é descendência de quilombola? São descendentes de escravo? Sim, com muito orgulho nós somos” (Informante I, 55 anos).

Esse auto reconhecimento é fator fundamental para as Comunidades Remanescentes de Quilombos, pois lhes dá visibilidade e a possibilidade de alcançar instrumentos jurídicos formais de sujeitos de direitos, garantindo o acesso a recursos básicos.

A construção política de uma identidade coletiva, coadunada com a percepção dos agentes sociais de que é possível assegurar de maneira estável o acesso a recursos básicos, resulta, deste modo, numa territorialidade específica que é produto de reivindicações e de lutas (ALMEIDA, 2008, p.119).

A CRQ Campina de Pedra possui uma clara percepção de seu processo de construção étnico. Isto resultou em uma visibilidade diante do Estado, garantindo diversos serviços e benefícios, entre eles o acesso ao Programa Brasil Quilombola do governo federal, que visa promover incentivos ao desenvolvimento local, além de ações nas áreas da saúde e moradia, entre outras. Na comunidade, apenas três famílias não aceitaram o reconhecimento como quilombola, sendo um filho e dois netos de Benedito Mendes. Suas áreas foram medidas e desmembradas da comunidade. No entanto, o convívio dessas famílias com os moradores da CRQ é pacífico, sendo que uma delas faz parte da associação, trabalhando na fabricação da rapadura.

“aqui teve três quilombolas que não quis assumir como remanescente, mas já foi medido a área e eles ficaram dentro. Mas a partir do momento que o INCRA mede a área quilombola a área seu fica medida; na hora que negociar, eles não podem ficar dentro” (Informante I, 55 anos)

Atualmente, a comunidade é composta por 19 famílias, com mais de 100 habitantes. Os moradores possuem laços de parentescos entre si e dividem o mesmo espaço, uma área de 90 hectares de uso comum. Vivem na comunidade descendentes dos filhos de Benedito Mendes, dentre os quais um senhor com 90 anos e uma senhora com 97 anos. As gerações destes se autodenominam de irmandades. Além disso, a CRQ possui uma capela (figura

01), uma escola municipal de nível fundamental que está desativada (figura 02) e dois engenhos. As casas, de alvenaria estão dispostas ao redor da capela e da escola e próximas umas das outras, conforme a proximidade de parentesco. Geralmente, os filhos que se casam estabelecem suas residências próximo às de seus pais, aumentando a rede de parentesco e fortalecendo os laços sociais.



Figura 1: Capela de São Sebastião Foto: autora, 2016



Figura 2: Escola Municipal desativada. Foto: autora, 2016

De acordo com relatos dos moradores, no período em que viviam na região da Cachoeira, as casas eram distantes umas das outras; a área disponível era bem maior e com isso existia um distanciamento entre as residências, diferentemente do que acontece na atual área da Campina de Pedra.

“A morada de lá era o seguinte: era a distância, daqui lá na usina daquela turma (3km); a casa mais perto uma da outra. Era bem mais retirado um do outro, aqui que embolou todo mundo” (Informante VIII, 70 anos)

“As casas eram mais espalhadas, tinha espaço, nós criávamos porcos soltos, era mais longe um do outro; se achava uma veredinha bonita aqui, fazíamos a casa aqui, aí outro tinha que atravessa outro córrego; assim que era” (Informante X, 60 anos)

Maldi (1998) ressalta que o indivíduo constrói sua identidade baseando-se em sua localização e com relação ao grupo, de tal forma que o território passa a ser determinado e vivido por meio do conjunto das relações estabelecidas socialmente. Portanto, quando existem mudanças nesse território, a organização e estrutura do grupo também se modificam, atribuindo-se novos elementos ou até mesmo alterando-se a identidade social da comunidade. No caso dos quilombolas, essa organização se modificou a partir do limite territorial disponível.

A saudade do passado se apresenta constantemente nas falas dos mais antigos, que ressaltam que viveram tempos difíceis, mas que deixaram muitas saudades. Um dos fatos relatados era a liberdade de caminhar de um lugar a outro sem barreiras, referindo-se às cercas que delimitam seus espaços agora. Segundo eles, com o avanço dos fazendeiros em suas terras, cercas e porteiros foram erguidas, impedindo o acesso dos quilombolas às propriedades vizinhas, principalmente a lugares de grande importância cultural.

“Num ponto de vista que a gente vê hoje na sociedade, aquele tempo parece que era melhor pra nós porque naquele tempo o povo vivia tudo assim, tudo liberto, você ia daí na Baía do campo, você não abria uma porteira não tinha uma cerca, não tinha nada, todas as coisas eram comuns” (Informante I, 55 anos).

Neste sentido, o tempo de permanência é que cria uma territorialidade específica do grupo, pautada na definição de fronteiras espaciais que se enraízam em uma memória marcada por eventos importantes para o grupo (NEVES, 2016). No caso da CRQ Campina de Pedra, as fronteiras estão bem além dos espaços impostos e demarcados para o grupo.

Em 2009, o INCRA realizou a medição da terra, elaborando um relatório técnico de delimitação da área quilombola pertencente à comunidade; foram contabilizadas pelo INCRA 42 famílias, incluindo os jovens que estavam prestes a completar 18 anos como uma família. Os quilombolas aguardam a liberação de uma área de 1700 hectares, que pertencia a seus antepassados, mas diversos embates vêm sendo travados para liberação, sendo que o principal deles é o conflito com quatro fazendeiros e os três quilombolas que não se reconheceram como remanescentes, os quais entraram com ação não aceitando a proposta do INCRA de desocupação da área.

“Quando o INCRA vai negociar com um fazendeiro, o outro pede tantos, já está para realizar o processo o outro vai e pede tantos [...] quando já está para fechar lá o negócio o fazendeiro entra com um processo, uma ação contra, aí para o processo, o andamento” (Informante I, 55 anos).

Os quilombolas aguardam com esperança a liberação da terra, mas deixam bem claro que o convívio com os fazendeiros é pacífico, não havendo nenhum tipo de violência. Com o reconhecimento e visibilidade dessas comunidades, diversos conflitos vêm sendo gerados, principalmente em torno do território. Gomes (2015) ressalta que os debates sobre reforma agrária têm se articulado, principalmente quando se remete a comunidades negras rurais e CRQ. Estes territórios quilombolas são alvos de diversos conflitos e disputas, pois são cobiçados para o avanço do agronegócio (SILVA, 2014).

A CRQ Campina de Pedra ainda guarda uma riqueza cultural transmitida de geração em geração. A produção de rapadura faz parte da cultura e identidade da comunidade. Produzida de modo tradicional, é a principal fonte de renda das famílias quilombolas. A técnica de produção vem sendo passada de geração a geração desde o período escravista até os dias atuais. Poucas mudanças ocorreram ao longo deste tempo; uma delas é a forma de moagem da cana, já que antes se utilizava um animal de carga e hoje é realizado por um engenho elétrico, o que facilita o trabalho, dando-lhes a possibilidade de produzir uma quantidade maior de rapadura para a comercialização.

A Comunidade é composta em sua maioria por idosos, pois os jovens estão migrando para as regiões urbanas em busca de melhores oportunidades

de trabalho. A construção de novas alternativas de trabalho longe do campo não se constitui em um problema social, mas quando esses jovens deixam o campo por falta de opção de trabalho, pode comprometer a sucessão familiar (MAIA, 2011). Isto pode ser notado na comunidade. A maioria dos integrantes é formada por pessoas idosas e que ainda estão trabalhando na fabricação das rapaduras, e que temem pelo fim do processo de produção, que comprometeria a sucessão familiar e o conhecimento

“Eu trabalho aqui por causa deles (referindo-se aos pais), a gente trabalha porque não tem outra opção” (Informante V, 27 anos)

“Eles já criaram (referindo-se aos filhos) e já acharam novos empregos e já foram fazendo a vida deles aí” (Informante VI, 62 anos).

A religiosidade é outro fator marcante na comunidade. A maioria dos moradores segue o catolicismo, que possui grande influência na vida cotidiana da comunidade. Semanalmente, são realizados encontros onde toda comunidade se reúne na casa de um morador, o que fortalece os laços de parentesco na comunidade e a afirmação de uma identidade coletiva. Mensalmente, acontece uma missa, quando a comunidade para seus trabalhos, a escola libera os alunos e todos se reúnem na capela. Além da liderança da comunidade, existe a liderança religiosa responsável por organizar as orações, os cultos, as missas e as festas religiosas.

As festas são de grande importância no calendário religioso da comunidade. As práticas religiosas e os ritos são aspectos inseparáveis nesses eventos. Originárias de seus antepassados, a fé e devoção a São Sebastião ainda permanece entre os moradores. São realizadas duas festas anuais em honra ao santo, sendo uma no início do ano e outra na metade do ano¹.

“Esta festa eu faço, mais é boa! Desde o tempo do meu pai tem essa festa; ele morreu, entregou o santo dele pra mim e consegui fazer a festa de São Sebastião” (Informante IV, 97 anos).

De acordo com Silva (2010), a devoção ao santo não se encerra com a morte do devotante, ficando outro membro da família com a responsabilidade de continuar rezando para o seu santo. Na CRQ Campina de Pedra essa tradi-

ção a São Sebastião transcorre por gerações, sendo o oratório de São Sebastião simbolicamente passado entre as gerações.

As festas representam um momento de sociabilidade na comunidade e as comunidades circunvizinhas, além dos reencontros, pois os familiares residentes na área urbana retornam à comunidade nestes períodos. Segundo Moura (1998), mesmo quando os mais jovens saem da comunidade em busca de oportunidades trabalho, ainda assim mantêm o vínculo com ela, participando das suas festas e desempenhando nelas o seu papel habitual. No caso da CRQ Campina de Pedra, esses jovens têm a responsabilidade de apresentar a dança do siriri¹, retornando assim à comunidade nos dias festivos.

Outra festa típica que acontece é a da consciência negra no dia 20 de novembro. Esta festa foi criada há cerca de 12 anos, com a finalidade de reunir as CRQs circunvizinhas para celebrar culturalmente suas raízes históricas, além do fortalecimento de suas lutas. A festa se realiza a cada ano em uma comunidade. Em 2015, o evento aconteceu na CRQ Campina de Pedra, e contou com cerca de 3.000 pessoas entre quilombolas e não-quilombolas.

“Ano passado nós acolheu 3.000 pessoas [...] nós matamos quatro vacas e só vacas grandes de 300 kg, de 250 kg, [...] Nós faz com mistura e faz assado, e todo mundo comeu” (Informante I, 55 anos).

A alimentação é algo que também está diretamente ligado às festas e ao dia-dia da comunidade. A carne bovina faz parte do cardápio principal do quilombo, seguida pelo pescado e por outras carnes como a suína e a de ave. A mandioca e sua derivação, a farinha, não faltam nos quintais e nos pratos dos quilombolas. A maioria dos moradores da CRQ produz esse tubérculo em seus quintais; além disso, a abóbora também é bastante apreciada na comunidade. Produzido por seus antepassados nas roças, o arroz ainda é bastante consumido; porém, atualmente é utilizado o industrializado; dentre as frutas, a banana é uma das mais consumidas, pois diversas CRQs circunvizinhas produzem. Segundo Santos (2012), a alimentação possibilita o processo de construção e acionamento da identidade étnica quilombola, além de os moradores criarem relações consigo mesmos, com seu passado e com os múltiplos atores sociais integrados à comunidade.

A CRQ possui uma organização social em torno do trabalho. Existe uma associação de produção de rapadura, criada em 1998, que congrega todos os moradores da CRQ. Uma liderança, escolhida a cada 4 anos pelos próprios moradores em uma assembleia, representa politicamente a comunidade perante o Estado. Dentro da associação, existem dois engenhos de uso comum. Os moradores se organizam em pequenos grupos para a plantação da cana e produção de rapadura. Esses grupos se originam de famílias, sendo que cada grupo tem uma área de plantação na roça e os dias previstos para utilizar o engenho. A renda da comercialização da rapadura é dividida entre os integrantes do grupo.

Essa forma de organização está diretamente ligada à territorialização e aos conflitos internos na comunidade. Segundo os moradores, “antigamente” a comunidade se organizava de maneira mais coletiva. Nos períodos de plantio e colheita, eram realizados mutirões que mobilizavam toda a comunidade, da mesma forma como na produção da rapadura. Devido a conflitos internos de parentesco, foi criado um segundo engenho e a separação de grupos de acordo com cada irmandade.

“Aqui a comunidade é um pouco desunida; eles têm um negócio de querer dividir essa comunidade em duas, por causa que tem um arraial (engenho) lá em cima e outro aqui embaixo” (Informante IX, 53 anos)

Os filhos de uma das irmandades são responsáveis por um engenho, sendo este o mais antigo da comunidade. Em contrapartida, os filhos das outras irmandades se reuniram e construíram outro engenho, existindo assim uma união dentro das irmandades e conflito entre elas. Porém, todos fazem parte de uma única associação que representa a CRQ Campina de Pedra. Leite (2000) ressalta a importância de conhecer a trajetória de organização dessas comunidades, que está pautada no conjunto de referências simbólicas daquele espaço, lugar de domínio da coletividade e de respeito das formas de usufruto da terra.

CONCLUSÕES

O estudo buscou resgatar a história de formação da Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra e apresentar suas especificidades, por observação participante e das falas de suas práticas culturais e de sua estrutura social, tomando como base a memória coletiva de seus integrantes.

A Comunidade possui uma longa história de conflitos territoriais, que reflete diretamente em sua atual estrutura social. De acordo com Guerino (2013), os habitantes de Campina de Pedra não fazem mais parte de um modelo escravagista, mas carregam consigo a marca histórica de luta de seus antepassados, que se perpetua por mais de 200 anos, sendo o principal fator motivador a territorialidade.

Neste contexto, a comunidade caminha em busca do resgate territorial que lhe foi negado, assim como parte de sua história. As práticas sociais cotidianas reforçam os laços de parentesco e configuram a trajetória de organização familiar, que, a todo o momento, é reafirmada nos discursos de seus moradores, empoderando-os a lutar pelos seus direitos e buscando diariamente melhorias para a comunidade, além da construção de sujeitos politicamente engajados como a liderança e outros representantes.

A saudade é elemento que se encontra constantemente na fala dos moradores, em referência ao passado no qual a invisibilidade ainda era presente na comunidade, mas em que a liberdade reinava, onde podiam “ir e vir” sem terem seus espaços delimitados por cercas e porteiras, tendo assim acesso aos córregos, ao cemitério onde seus antepassados foram sepultados e diversos outros locais. A saudade também remete às festas, às danças, às rezas e à coletividade.

No que se refere ao futuro da comunidade, há a constante busca de reconhecimento dos direitos como membros de uma sociedade que seja mais justa e digna, com melhores condições sociais, a começar pela titulação definitiva de suas terras, e o resgate dos 1700 hectares que foram perdidos ao longo da história da comunidade. Neste sentido, há esperança de geração de mais empregos, pois uma área maior aumentaria a produção e os jovens, provavelmente, permaneceriam na comunidade, dando continuidade à tradição.

Na região de Poconé (MT), onde se localiza a CRQ Campina de Pedra, existem outras diversas comunidades que também são Remanescentes de Quilombos, com trajetórias parecidas, assim como o modo de vida em torno da produção de rapadura, porém ainda pouco estudadas. Estudos como este são de grande importância no resgate de fragmentos da história e da trajetória de vida destas Comunidades Remanescentes de Quilombo, além de servirem como base a uma visibilidade local.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRAFIA

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2ªed, Rio de Janeiro, editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombos e as novas etnias* in: O'Dwyer, Eliane Cantarino, org.. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Terras de quilombo, terras indígenas, "babaçuais livres", "Castanhais do povo", faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2º ed, Manaus PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Cristovão Domingo. *Comunicação e Cultura: Práticas cotidianas e construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra*, Município de Poconé-MT. 2012, 213f. Tese (pós-graduação em comunicação e informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ARCHANJO, Elaine Cristina O.F. *Oriximiná terra de negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013)*. 2015,162f. Dissertação (Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

ARRUTI, José Mauricio.P.A. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: *Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA)*, 2003

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade*. Seguindo de Grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth: Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo. Fundação Editora UNESP, 1998.

BRASIL. *Território quilombola: uma conquista cidadã*. Secretaria de política de promoção da igualdade racial, 2012a, 44f.

BRASIL. *Diagnostico do Programa Brasil Quilombola*. Secretaria de política de promoção da igualdade racial, 2012b, 34f.

CAMARGO, Isabel Camilo de. As relações escravistas na Província de Mato Grosso e na região de Sant'Ana de Paranaíba no século XIX. *Patrimônio e memória*. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 119-137, 2012.

CHAVES, Otavio Ribeiro. *Escravidão, fronteira e liberdade (Resistência Escrava em Mato Grosso, 1752-1850)*. 2000, 181f. Dissertação (pós-graduação em historia social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

CRIVELANTE, Maria Amélia Alves. *Domingos, Angola e Joaquina, Mina: "identidade Africana" nos casamentos de escravos na fronteira oeste da América Portuguesa- Mato Grosso- Século XVIII e XIX*. Cuiabá: Carline e Caniato editorial, 2012.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Unidades de Conservação de Proteção Integral e Territórios Quilombolas em Novo Airão, Amazonas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, et al. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Território Quilombolas e Conflitos*. Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia. UEA. 2010 .

FREITAS, Délcio. *O escravagismo brasileiro*. 2° ed, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

————— *Escravos e Senhores de Escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto (serie novas perspectivas,4), 1983.

GUERINO, Mariana de Fatima. *O movimento dos saberes na produção da vida na Comunidade Quilombola Campina de Pedra*. 2013, 140f. Dissertação (Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

GOMES, Flavio dos santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (século XVII-XIX)*. São Paulo, Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

Mocambos e quilombos: Uma historia do campesinato negro no Brasil. São Paulo. Ed. Claro Enigma, 2015.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Andamento de processo quilombola*. 2016, 23f. Acessado em: 10/08/2016 disponível em:<http://www.incra.gov.br/estruturafundiaria/quilombolas/file/1887-andamento-dos-processos-quadro-geral>

JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: Conflitos e criminalização dos Quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *et al.* Cadernos de debates Nova Cartografia Social: *Território Quilombolas e Conflitos*. Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia. UEA edições. Volume 01, nº 02, 2010 .

LORDELO, Monique Cristina de Sousa. *Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. 2010, 127f Dissertação. (Programa de pós-graduação em História) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

MAIA, A. H. *Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição de mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias de vida*. 2011 99f. (dissertação Mestrado em Agronomia) Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, SP. 2011.

MALDI, Denise. Questão da territorialidade na etnologia brasileira. *Sociedade e cultura*. Vol. 01, n. 01, pg.1-17, Jan/Jun. 1998.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos* . Vol. 01, n.74. pg. 107-123. Março,2006.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues; SANTOS, Ângela Maria dos; MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Quilombos e Quilombolas em Mato Grosso. *Revista da ABPN* • v. 8, n. 18 • nov. 2015 – fev. 2016, p.07-24.

MOURA, Antônio Eustáquio. *Quilombo Mata Cavallo, a Fênix negra mato-grossense: etnicidade e luta pela terra no Estado do Mato Grosso*. 2009, 282f. Tese (pós Graduação em Ciências sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MOURA, Clóvis. *Quilombos Resistencia ao escravagismo*. Editora ática, 1987.

NEVES, Paulo. S.C. Etnicidade e lutas sociais no campo no Brasil contemporâneo: um estudo de caso. *Revista Ambivalências*. Vol.4, n.7, pg. 68 – 86, Jan-Jun/2016

O'DWYER, Eliane Catarino. Terras de Quilombo no Brasil: Direito Territoriais em Construção. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *et al. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Território Quilombolas e Conflitos*. Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia. UEA. 2010.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Alexandra O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. *Intratextos*, Rio de Janeiro, Número Especial 03, pp.54-71, 2012.

SILVA, Martiniano José. *Quilombo do Brasil central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.

SILVA, Silviane Ramos Lopes. Pérolas negras, negras mulheres: no brilho das festas e no cantar aos santos, a religiosidade: um desafio na sala de aula. In: *Educação em Diálogos com a Diversidade*. SANTOS, Ângela Maria dos; SILVA, João Bosco da (orgs.), Cuiabá: KCM Editora, 2010.

SILVA, Simone Resende. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade. In: *Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo Amapaense*. LOMBA, Roni Mayer; RANGEL, Katia de Souza; SILVA, Geovane Grangeiro da; SILVA, Marcelo Gonçalves da (orgs) Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade* . Vol.01, n. 10, 2002

VIEIRA, Judith Costa. Quem pode ser quilombola? A (re) construção da identidade coletiva do quilombo Maicá, Santarém, Pará. . In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *et al. Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Território Quilombolas e Conflitos*. Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia. UEA. 2010.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: Vida Cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Marco Zero;

|

DE ESCRAVO A CAMPONÊS: MODO DE PRODUÇÃO AGRÍCOLA NA COMUNIDADE REMANESCENTE DE QUILOMBO CAMPINA DE PEDRA, MUNICÍPIO DE POCONÉ-MT

RESUMO

A escravidão consolidou a base econômica do país no período colonial, principalmente através de grandes produções agrícolas de exportação; a mão de obra inteiramente escrava gerou um grande fluxo no tráfico para o país, na sua maioria os negros eram encaminhados diretamente para as lavouras. Partindo deste contexto agrário, muitos quilombos foram se formando, elaborando estruturas de subsistência e de uso comum da terra, em muitas propriedades o medo da revolta da mão escrava fazia com que os senhores cedessem pequenos espaços de terras, e um dia por semana para que esse escravo produzisse seus próprios alimentos, após a abolição muitos ainda permaneceram trabalhando na terra, porém com uma transição de escravo para camponês. Reflexos desse período são observados nos dias atuais, como o grande número de Comunidades Remanescentes de Quilombo que ainda vivem da produção da terra. Sendo assim, o objetivo deste artigo foi descrever historicamente a transição do negro escravo para o camponês, assim como o modo de vida e produção agrícola desenvolvida ao longo do tempo pela Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra- MT. A Comunidade guarda uma riqueza acerca do modo de manejo agrícola e da produção de rapadura, que vem sendo repassada a gerações.

Palavras-Chave: Campesinato negro, Trabalho, Manejo e Produção.

ABSTRACT

Slavery consolidated the country's economic base in the colonial period, mainly through large agricultural export production, wholly slave labor generated a large flow of trade to the country, mostly blacks were sent directly to crops. Starting from this agrarian context, many quilombos were formed, elaborating structures of subsistence and of common use of the earth, in many properties the fear of the revolt of the slave hand, made that the gentlemen yielded small spaces of earth, and one day a week for that one Slavery produced their own food, after the abolition many still remained working on the land, but with a transition from slave to peasant. Reflecting this period are observed today, the wide range of Quilombo Remnant Communities that still lives from the production of land. Thus, the objective of this work was to describe historically the transition from the black slave to the peasant, as well as the way of life and agricultural production developed to the time of the Community by Quilombo Campina de Pedra – MT. The Community has a wealth of information about the way of agricultural management and the production of Rapadura, which has been passed on for generations.

Keywords: Black peasantry, Labor, Management and Production.

INTRODUÇÃO

Desde o início da colonização do Brasil, a mão de obra escrava esteve presente na construção do país, consolidando uma economia que advinha, principalmente, da agricultura de exportação. De acordo com Forman (2009), a força de trabalho da agricultura foi originalmente fornecida por grandes contingentes de escravos africanos.

Os negros escravos elaboravam estruturas sociais e modos de vida autônomos em torno da agricultura. Gomes (2015) ressalta que, além de meras práticas econômicas, estava relacionada às questões simbólica e cultural, que eram constantemente reelaboradas pelos escravos, sendo estas questões de grande importância na história do campesinato brasileiro e na formação de diversos grupos culturais encontrados atualmente no campo. Ao longo do tempo, a tendência de um quilombo era possuir uma estabilidade, com produções de subsistência e de venda de excedentes, como ressalta Gomes:

Aqueles quilombos mais antigos e populosos reproduziam-se ao longo do tempo, possuindo uma economia estável. Além dos cultivos para sua subsistência, produziam excedentes, os quais negociavam e mantinham trocas mercantis com vendedores locais, e acabavam sendo reconhecidos como roceiros, já que iam frequentemente aos povoados vizinhos (GOMES, 2015, p. 75)

Com essa comercialização, era possível adquirir armas e munição que serviam como uma proteção a ataques ao quilombo. Com o passar do tempo, essas comunidades quilombolas tornavam-se pequenas vilas camponesas, com práticas e organizações sociais e econômicas próprias. Após 1888, com o

fim da escravidão, a reprodução e crescimento dos quilombos continuavam. Essas pequenas comunidades camponesas já existiam com uma estrutura própria, porém, continuaram em “invisibilidade” e estigmatizadas, à margem da sociedade. Gomes (2015) salienta que esse processo de invisibilidade data da escravidão, com as transformações em camponeses se misturavam com escravos fugitivos e aqueles que nunca foram escravos.

O isolamento e a “invisibilidade” dessas comunidades possibilitaram o desenvolvimento de uma dimensão cultural e suas manifestações próprias, bem como um modo de produção agrícola e seu manejo, que vêm sendo transmitidos a gerações, guardando a riqueza histórica e cultural dessas comunidades, ainda pouco estudada.

Segundo Diegues (1999), a sua estrutura simbólica, os sistemas de manejo desenvolvidos ao longo do tempo e, muitas vezes, seu isolamento fizeram com que essas comunidades viessem a ser parceiras importantes e necessárias aos esforços de conservação ambiental.

Atualmente, a luta pelo reconhecimento deu espaço à “visibilidade” dessas Comunidades Remanescentes de Quilombos, revelando, assim, histórias e modos de vida bem próprios, inter-relacionados diretamente ao ambiente natural em que vivem.

Símbolos de luta e resistência, as Comunidades Remanescentes de Quilombos vêm se mobilizando em busca da titulação de suas terras e pelo direito de continuarem produzindo em harmonia com a natureza, enfrentando, na maioria dos casos, conflitos com grandes proprietários de terras e resistindo a anos de opressões e lutas.

O conhecimento de técnicas agrícolas construídas e aperfeiçoadas por essas comunidades ao longo do tempo, o uso equitativo da terra para a subsistência, bem como para geração de economia, pode ser exemplo a ser seguido pela agricultura atual, pois ameniza os impactos, evitando um colapso no meio ambiente.

Neste sentido, o objetivo deste trabalho foi descrever historicamente a transição do negro escravo para o camponês, assim como o modo de vida e produção agrícola desenvolvidos ao longo do tempo pela Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra, localizada na região rural do Município de Poconé, no estado do Mato Grosso. Para tanto, foram realizadas en-

trevistas com os moradores da referida Comunidade. Com o auxílio de um diário de campo e entrevistas semiestruturadas gravadas, buscou-se através da metodologia etnográfica e da história oral descrever a agricultura desenvolvida na CRQ Campina da Pedra, abarcando a forma de produção e manejo, assim como o modo de organização do trabalho na comunidade através dos tempos.

O escravo negro e sua relação com o trabalho

As velhas migrações e o tráfico negreiro uniram num mesmo território geográfico descendentes de povos, etnias e culturas diversas. Brito (2011, p. 12) afirma que o tráfico de africanos alimentou a demanda por trabalhadores escravizados¹ nas Américas.

Os escravos introduzidos no Brasil pertenciam a dois grandes grupos de língua e cultura bem distintas: os sudaneses, encontrados nas regiões mais ao norte do litoral africano, e os bantos, nas áreas ao sul da linha do Equador, ambos abrangendo subgrupos étnicos de significativa diversidade. Cabindas, benguelas, congos, angolas, classificavam-se entre os bantos e eram considerados excelentes agricultores. Os sudaneses abrigavam haúças, mandingas, nagôs e provinham de reinos africanos florescentes (QUEIROZ, 1993, p. 19).

O sequestro de homens, mulheres e crianças africanas estava pautado a partir dos seus lugares de origem e do convívio com seus familiares, estes eram capturados e vendidos nos mercados de escravos de países como Estados Unidos, Cuba e Brasil.

Crianças e velhos tinham seu lugar nesse tráfico sórdido, mas em condições especiais. As primeiras, pelo fato de ocuparem pouco espaço nos navios, eram peça indispensável. Os segundos eram transportados somente em caso de engano, já que, além de não aguentar a viagem, tinham custo menor no mer-

¹ O conceito de africano escravizado tendo como a dimensão sociocultural e político-filosófica, posto que não nasceram nessa condição, mas foram submetidos, transformados e tornados escravos pelo sistema político-econômico e pela instituição sociojurídica implantada pelos conquistadores (FONSECA, 2009, p. 12).

cado negreiro. Os velhos eram devidamente analisados pelos agentes de saúde do Estado luso e pelos traficantes, ocorrendo o mesmo com as mulheres grávidas e os portadores de deficiência (FONSECA *apud* FONSECA, 2008, p. 36).

No que se refere à quantidade de africanos e africanas que atravessaram o Atlântico durante cerca de 400 anos de tráfico, segundo Brito (2011), em torno de 20 milhões de pessoas deixaram o continente africano, e o Brasil foi o maior comprador de homens e mulheres africanas, recebendo 1/3 deles.

As condições de travessia eram bastante precárias e desumanas. A diarreia e demais doenças provocadas pela má alimentação e higiene causavam a mortes de muitos negros. Entretanto, apesar do número de perdas, o tráfico continuava lucrativo.

Acorrentadas, as vítimas são privadas de alimentação adequada, têm o corpo exposto às intempéries, sofrem inúmeros maus-tratos e começam uma jornada que, até o momento do embarque para o Brasil, podia durar meses. [...] batizados e marcados a fogo com uma cruz no peito, os negros são colocados em navios que deixam o continente africano abarrotados de gente. A depender da distância entre o porto de partida e o de chegada no litoral brasileiro, de eventuais epidemias ou acidentes que podem prolongar o tempo da viagem, os traficantes perdem até 20% da carga humana que transportam. Mas essa mortalidade é amplamente compensada pela diferença entre o preço de compra na África e o de venda no Brasil (GENNARI, 2011, p. 19).

Os escravizados que sobreviviam e chegavam ao Brasil eram separados do seu grupo cultural e linguístico, misturados com outros de tribos diversas e trocados pelo açúcar e demais produtos a serem levados para a Europa. Eram vendidos por alto preço, sendo a moeda que, nesse momento, substituiu o ouro e as demais formas de pagamento usadas nas relações comerciais do velho mundo. Lotadas e reabastecidas, as embarcações atravessavam o oceano rumo ao continente europeu, onde sua preciosa carga é vendida por uma quantia bem maior (GENNARI, 2011).

As tarefas realizadas pelos escravizados duravam 24 horas por dia, parando apenas para a limpeza dos equipamentos e revezando. A jornada de

trabalho, segundo Queiroz (1993), estava pautada na exaustão física, fornecendo a quem a observasse uma imagem de pesadelo no qual o fogo, suor, negros, correntes, rodas e caldeiras ferventes misturavam-se indistintamente.

No que tange à relação dos senhores com a massa escrava, esta se baseava, segundo Gennari (2011), no princípio do use e abuse, ou seja, a duração da jornada de trabalho não conhece limites e, sobretudo nas épocas de corte e moagem da cana, passava das 15 horas diárias. Em geral, o trabalho vai de segunda a segunda com cinco dias de descanso por ano: Natal, Epifania, Páscoa, Ascensão e Pentecostes.

A mão de obra escravizada foi utilizada desde o início da colonização, e o tráfico foi responsável por alimentar a empresa colonizadora com trabalhadores. Em todo o Brasil, utilizou-se mão de obra oriunda do tráfico: nos engenhos de açúcar do Nordeste, na extração de ouro da Região das Minas Gerais, nas plantações de café do Sudeste, na extração da borracha da Região Norte e nas áreas pecuaristas da Região Sul (BRITO, 2011).

Entretanto, é importante ressaltar que os africanos foram utilizados ainda em atividades específicas, como as domésticas, que eram consideradas de status social.

Os interesses das companhias de navegação coincidem com os dos funcionários da coroa encarregados de regulamentar o tráfico. Tanto na saída da África quanto na chegada em terras brasileiras, os impostos são cobrados sobre o volume transportado. Quanto mais escravos são carregados e descarregados, maiores são as rendas que afluem para os cofres reais. (GENNARI 2011, p. 20)

Ainda nessa perspectiva, Queiroz afirma:

Acumulação de capital se fazia em função do desenvolvimento do comércio e de sua lucratividade, tal desenvolvimento dependia de crescente quantidade de mercadorias, exigindo, assim, o encontro de novos centros produtores. A busca ultrapassa, em breve, os limites geográficos da Europa e explica a expansão marítima do século XV que levaria à descoberta e colonização das terras. (QUEIROZ 1993, p. 8)

O novo mundo seria, então, segundo essas perspectivas, a reprodução do capital europeu, constituído de territórios descobertos em núcleos e fornecedores de produtos lucrativos. A economia canavieira se organizou à base da grande lavoura de monocultura e escravocrata. Para Queiroz (1993), os investimentos em plantações, aparelhamento e escravos eram vultosos e vultoso devia ser o retorno.

Ainda segundo o autor supracitado, a condição de grande proprietário era um chamariz, correspondendo melhor às exigências da mentalidade do colonizador. Além, disso, a grande lavoura exigia braços em larga escala.

O Nordeste foi o grande polo da economia durante o primeiro século de colonização. O açúcar brasileiro, segundo Gennari (2011, p. 40), está entre as mercadorias mais cobiçadas.

O açúcar dominou de forma absoluta a paisagem brasileira, representando durante grande parte do século XVII o elemento mais importante do comércio português (QUEIROZ, 1993). Nos portos obrigatórios de desembarque, como Rio de Janeiro, Bahia e Pernambuco, segundo Crivelente (2012), teriam desembarcado em torno de 2.000.000, 1.105,563 e 505,804, respectivamente, no ano de 1750.

O tráfico de africanos, além de ser lucrativo, envolvia várias nações como o Brasil, Cuba, Estados Unidos, França, Inglaterra e outros países europeus.

A escravidão negra foi implantada durante o século XVII e se intensificou entre os anos de 1700 e 1822, sobretudo pelo grande crescimento do tráfico negreiro. O comércio de escravos entre a África e o Brasil tornou-se um negócio muito lucrativo. O apogeu do afluxo de escravos negros pode ser situado entre 1701 e 1810, quando 1.891.400 africanos foram desembarcados nos portos coloniais (GÉLEDES, 2012).

O processo de colonização no Brasil baseou-se desde o início no desenvolvimento de uma agricultura comercial de exportação, e o aumento da produção açucareira, principalmente no Nordeste açucareiro, deu luz ao país.

Era uma nova sociedade, sonhada pela ambição europeia, moldada em massapé e açúcar, em sangue e suor de escla-

vos. As articulações sociais, a composição étnica, os padrões culturais, as relações de trabalho e de poder forjaram-se em torno dos engenhos e das lavouras de cana [...] a estrutura agrária brasileira nasceu do açúcar. Para sua produção, terras foram doadas, homens deixaram a Europa sonhando com a riqueza, organizou-se o comércio, o tráfico negreiro ganhou fôlego. (FERLINI 1998, p. 8)

O escravismo do mundo dos senhores do açúcar foi um dos elementos da história do capitalismo, mas este não foi seu referencial ideológico. A sociedade nascida no Nordeste açucareiro transcendeu sua finalidade puramente mercantil e constituiu-se, com seus próprios valores, na “civilização do açúcar”. A produção de açúcar ao mercado europeu estabeleceu uma economia de *plantation* que subsiste, embora com uma forma consideravelmente diferente, até o presente. Forman destaca que,

A força de trabalho da agricultura foi originalmente fornecida por grandes contingentes de escravos africanos e, mais tarde, por homens livres vinculados à “plantation”, por toda uma gama de contratos de arrendamento. Além disso, numerosos pequenos estabelecimentos se desenvolveram em apoio aos empreendimentos comerciais maiores orientados para a exportação. O objetivo destes pequenos sítios era prover um crescente sistema de comercialização interna, com alimentos e outros produtos básicos de grande necessidade. Assim, ao lado do sistema brasileiro de “plantation”, cedo desenvolveu-se um setor camponês que compreendia pequenos proletários rendeiros e parceiros, que atuavam tanto como produtores de mercadorias e como força de trabalho dentro daquele sistema, bem como fornecedores de alimentos ao mesmo. (FORMAN 2009, p. 32)

A implementação da lavoura canavieira no Brasil, nos primórdios do século XVI, inscreveu-se na dinâmica geral dos descobrimentos, da ocupação e da exploração das terras americanas: o desenvolvimento mercantil europeu, iniciado no século XI (FERLINI, 1998,).

O processo de exportação para o mercado externo, para os grandes centros, marcou o campesinato no Brasil. Embora ofuscada pelo setor dominante da economia rural, de exportação, a produção camponesa para o mercado interno sempre foi uma atividade comercial importante desde os tempos co-

loniais. Na verdade, a caracterização popular da história agrária brasileira em termos de propriedades extensivas, senhores e escravos, e da produção para o mercado europeu é inadequada à compreensão da atual crise agrária no Brasil (FORMAN 2009).

O processo de ocupação no Brasil inaugurou uma nova forma de colonização. A ocupação dos territórios conquistados, segundo Ferlini (1998), limitara-se, até então, à comercialização de produtos encontrados nas terras descobertas. Portugal transformava a empresa colonial em sistema produtivo, onde técnicas e recursos metropolitanos criavam fluxo constante de produtos destinados ao comércio europeu.

O latifúndio permitia a substituição das terras utilizadas por outras ainda desconhecidas, dispensando investimentos em práticas de fertilização ou em melhorias técnicas. A monocultura, segundo a autora supracitada, atendia, de um lado, às exigências de produção em larga escala para o mercado europeu ávido por açúcar e, de outro, atava a Colônia às linhas de comércio metropolitano, construindo-se como mercado consumidor de produtos europeus.

O sistema socioeconômico colonial estava baseado não apenas na exploração do açúcar, mas também na concentração e geração de renda para a Coroa portuguesa.

Muito embora a fazenda monocultora escravista (o sistema brasileiro de “plantation”) tenha chegado a exercer uma hegemonia econômica, política e social sobre a nação durante quatro séculos, ela não foi e não é um quadro total do modo de vida no Brasil rural. Desde o princípio da colonização, a economia brasileira de exportação esteve entrecortada por uma rede de outros vínculos econômicos, que deram lugar a uma economia doméstica consideravelmente articulada. (FORMAN, 2009, p. 32)

A mudança da lavoura escravista para um sistema de *plantation* sem escravo ocorreu com poucas alterações nas estruturas do campo brasileiro, indicando que a transição do trabalho escravo para o trabalho livre já estava se dando antes da Abolição (os padrões de trabalho permaneceram quase sempre os mesmos, só que agora os negros livres estavam atados à terra por um sistema de débito e crédito (com recursos limitados e sem ter para onde ir).

Depois da Abolição, o ex-escravo, já trancafiado à sociedade colonial brasileira e essencial ao seu contínuo crescimento econômico, permaneceu parte integrante da economia rural e dos ofícios artesanais urbanos em expansão (FORMAN, 2009).

A Coroa portuguesa tinha dois interesses principais no desenvolvimento de uma colônia brasileira no florescente mercado europeu do século XVI: a administração do território e a exploração comercial. O braço forte do homem escravizado estava pautado apenas no trabalho da lavoura monocultora. Nessa perspectiva:

A cultura de subsistência era uma atividade pouco significativa na lógica do escravismo mercantil. O tempo destinado à produção para uso tolhia a produção em grande escala. Pela lógica do escravismo colonial, não cabia ao fazendeiro preocupar-se com as condições de sustento do cativo. Investir nas plantações de subsistência demandava que o escravo ficasse muito tempo longe dos núcleos produtivos (BRASIL, 2006, p.1).

A perda do cativo por morte determinava a sua reposição por novos braços, já que o cativo era uma peça barata e de oferta abundante no mercado. Desenhava-se aí um quadro onde o cativo, gerador de toda a riqueza colonial, sucumbia à míngua em meio à extrema escassez de víveres. Para Gennari (2011), a jornada de 12 horas, somada à precariedade da moradia e da alimentação, levam a vida útil da maioria desses escravos a não superar a marca dos dez anos.

O trabalho compulsório sob o olhar vigilante do feitor para Brasil (2006), a apropriação latifundiária do núcleo familiar nas senzalas e a reduzida produção olerícola dos trabalhadores escravizados redundaram no conjunto de fatores que concorreram para a inexistência no Brasil de um campesinato negro substancial, antes da abolição.

O cultivo, na sua maior parte, era dirigido para lavouras de exportação, principalmente açúcar, mercadoria com a qual os portugueses já estavam bem familiarizados. Desde 1493, havia uma economia açucareira na ilha de São Tomé, mantida por uma população composta de condenados exilados e de judeus que haviam se recusado a abjurar sua fé (FORMAN 2009, p. 36).

No interior das fazendas mercantis agro-pastoris, desenvolveram-se, ainda que em pequena escoa, a economia de subsistência pelas mãos de homens pobres e livres, consentida por alguns proprietários. Segundo Brasil, (2006) moradores, agregados, posseiros, rendeiros e meeiros produziam concomitantemente com a produção mercantil a cultura de subsistência e, em troca, faziam a vigilância da propriedade, atuando como sentinelas e capangas dos fazendeiros.

De escravo a camponês

É importante salientar que nos últimos anos da escravatura no Brasil importantes expoentes do movimento abolicionista, como André Rebouças, defendiam a abolição do latifúndio como complemento inseparável da abolição do escravo (Cf. Cartas a Rebouças, 1893). Isso também fica claro nas palavras de Joaquim Nabuco: “Precisamos [...] empregar no trabalho rural toda essa população inativa, privada de trabalho e para o gozo da qual nós deveremos reconquistar a terra de que a escravidão fez um monopólio, por meio de um novo imposto que é uma necessidade da situação - o imposto territorial” (NABUCO, 1949).

A verdadeira produção de cana-de-açúcar para processamento era realizada pelos cultivadores menos afortunados, que compravam ou alugavam terras dos sesmeiros. Deste modo, as grandes propriedades não constituíam uma forma monolítica de exploração agrícola. As concessões de terras foram, além disto, desmanteladas por proprietários que subdividiram suas propriedades em pequenas parcelas e as alugavam a fazendeiros individuais (FORMAN Apud Castro 1966, p.98).

Com a abolição da escravatura e visando a sobrevivência e integração do negro na sociedade, foi criada a Lei de Terras, em vigor desde 1850, com o objetivo de preservar o monopólio de poder (a terra), sob controle da classe hegemônica (os latifundiários escravistas).

Por isso, o governo, sob a direção política dessa classe, utilizando-se de ordenamento jurídico, criou mecanismos de impedimento de acesso à terra ao trabalhador livre. Conforme as reflexões de José de Souza Martins em

“Camponeses e a política no Brasil”, o trabalhador escravizado e o trabalhador pobre e livre foram expropriados ainda no período escravista.

Foi o próprio capital que, com a crise do trabalho escravo, instituiu a apropriação camponesa da terra. Por essa razão o nosso camponês não é um enraizado. Ao contrário, o camponês brasileiro é desenraizado, é migrante, é itinerante. A história dos camponeses posseiros é uma história de perambulação (MARTINS, 1981, p. 17).

O processo de transformação quilombola em camponês se deu através das fugas de cativos e da multiplicação dos quilombos nos sertões do Brasil, fatores estes que influenciaram a história política, social, econômica e demográfica. Ao se refugiarem nas matas, negros fugidos, índios rebelados e brancos marginalizados, a autora Brasil (2006) destaca que homens e mulheres formavam núcleos de resistência à escravidão; na esperança de lugares e dias melhores, muitos fugiam por semanas, meses ou para sempre e, já nos quilombos ou em terras além-fronteiras, seduziam outros escravos a também se evadirem com eles.

Os quilombos abrigavam centenas de fugitivos; há indícios da presença de quilombos em regiões urbanas e serranas. Seu gradativo crescimento, segundo Brasil (2006), causava tensões que ensejavam a tomada de medidas enérgicas por parte do poder público. A partir daí, eram organizadas bandeiras e expedições de captura contra os quilombos mais audazes.

No interior das matas, os quilombolas exploravam o extrativismo vegetal. Segundo Gennari (2011), através das clareiras abertas, as terras recebem plantações de milho, feijão, mandioca, batata, cana de açúcar, legumes e uma grande variedade de árvores frutíferas ao mesmo tempo em que nas aldeias do quilombo se criam porcos e galinhas.

Os quilombos eram organizados através da divisão de tarefas e todos trabalhavam. A economia quilombola se baseava na produção rústica de alimentos voltados à subsistência, com cultivo do fumo e do algodão, à forja dos metais para a fabricação de armas e ferramentas (GENNARI, 2011).

Em alguns casos, era um hábito dos senhores conceder parcelas de terra e um ou dois dias por semana aos escravos para o cultivo de alimentos, a fim de se manterem.

Era um modo dos proprietários se eximirem dos gastos com o sustento dos cativos, pelo menos em parte, mas havia outras razões, como reforçar o “amor à terra” para desestimular as insurreições e fugas em grupo. Nesse aspecto, o efeito foi o oposto: o hábito e o domínio da agricultura, incluindo a comercialização de excedentes, inspiraram escravos a fugir e a construir uma vida sustentada pelo cultivo da terra. A economia dentro da fazenda foi fundamental para a constituição de famílias e a criação de uma margem de autonomia financeira, com uma lógica contrária à da *plantation*, que era a da monocultura (FERRARI, 2016)

Com a assinatura da Lei áurea em 1888 e num cenário de declínio, muitos escravos são abandonados e alforriados à própria sorte, em condições extremamente difíceis. Após a promulgação da Lei Áurea, a grande maioria das pessoas consideradas desocupadas (algo em torno de 3 milhões) sobrevive graças a uma agricultura de subsistência, tem relações extremamente precárias com o mercado e aceita de forma eventual, como diaristas, a execução de tarefas no interior das fazendas (GENNARI, 2011).

As populações tradicionais ao longo da sua história estão se reafirmando enquanto identidade camponesa por meio de organizações política articuladas com a sua etnia. Citam-se os casos dos quilombolas, ribeirinhos, quebradeiras de coco, seringueiros, dentre outros.

A partir da lógica camponesa, tais comunidades elaboram técnicas e manejos dos solos, água e das sementes em seu espaço. As suas características históricas e culturais, traçadas ao longo de nossa história, contaram com a contribuição, muitas vezes forçada, de muitas outras etnias, o que deixou marcas profundas nas Comunidades Remanescentes de Quilombo. De acordo com Gomes (2015), a luta escrava pela autonomia do cultivo de roças se entrelaçava a outros embates, que modificavam a organização do trabalho, como a forma de manejo da produção e comercialização de seu excedente.

Entretanto, não podemos negar a existência de uma crise agrária que não é recente, e que, historicamente, existe há séculos. Forman destaca que,

A crise agrária não é absolutamente recente. Ela existe há séculos e apenas agora tornou-se mais premente pelo acelerado ritmo das mudanças socioeconômicas. Na medida em que a nação brasileira caminha rapidamente ao longo da via da industrialização e que os níveis de crescimento urbano ultrapassam aqueles das áreas rurais, cresce também a demanda sobre o setor agrícola. Estas demandas se refletem na economia nas esferas da produção, da distribuição e do consumo, todas elas atingidas por uma comercialização intensificada e mudanças concomitantes no perfil da estrutura agrária (FORMAN, 2009, p. 52).

A década de 1930 foi uma época conturbada no meio rural brasileiro, seja para os proprietários, seja para os camponeses (DEZEMONE, 2009). A crise de 1929 levou a uma queda no preço dos gêneros agrícolas, em especial, o café, principal produto de exportação brasileiro na época.

Em 1950, cerca de 33,2 milhões de pessoas, ou aproximadamente 64 por cento do total da população brasileira, viviam em áreas rurais. Destas, quase trinta milhões de pessoas, ou 57 por cento da população nacional, dependiam diretamente da agricultura para sua sobrevivência (FORMAN *apud* CIDA 1966, p.56). Ainda hoje, o Brasil é uma região essencialmente agrária, cuja produção camponesa abastece a mesa dos brasileiros.

Em 1955, com a criação das Ligas Camponesas em Pernambuco, no lugar de “sindicatos” camponeses relaciona-se, em parte, às dificuldades e impedimentos legais. Segundo Dezemone (2009), havia a concepção de que as associações civis, diferentemente dos sindicatos, não precisavam do reconhecimento do Estado, tornando-se assim mais adequadas para encaminhar as lutas camponesas. Não foi aleatória a escolha do nome da organização de Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP).

Na atualidade, algumas Comunidades Remanescentes de Quilombo ainda estão inseridas em regiões que se encontram em processo de demarcação de terra. Entretanto, atualmente, segundo dados da Fundação Palmares, mais de duas mil e seiscentas (2.600) comunidades espalhadas pelo território nacional já foram certificadas pela referida Fundação.

As práticas de desenvolvimentos agrícolas tradicionais que foram estabelecidas são ensinadas há gerações.

As agriculturas tradicionais primam pela diversidade de seus sistemas agrícolas em contraposição à artificialização e à simplificação dos agroecossistemas, que são a tônica dos sistemas industriais de cultivo. E é neste sentido que “os sistemas tradicionais de produção estão geralmente organizados para resistir a estresses ambientais, restrições de mão-de-obra e aproveitam a consorciação simbiótica” para se desenvolver (COSTA, 2004, p.23).

Em cada Comunidade Remanescente de Quilombo, existem pontos que andam correlacionadas com saberes e manuseios próprios antigos, ou seja, saberes que foram transmitidos pelos seus antepassados. Assegurar o acesso ao território significa manter vivos na memória e nas práticas sociais os sistemas de classificação e de manejo dos recursos, os sistemas produtivos, os modos tradicionais de distribuição e consumo da produção, além de elementos simbólicos essenciais à sua identidade cultural (ALTO *apud* BRASIL, 1988).

É importante ressaltar que, no Brasil, existem inúmeras comunidades negras rurais que se originaram ainda da doação de terras. Mas, se aplicarmos o conceito histórico de Quilombo para análise dessas comunidades, elas não se sustentam como remanescentes de antigos quilombos, gerados da fuga e da manifestação do protesto negro ao cativo. Nestes locais, o mais correto seria utilizar a designação de comunidade negra rural (BRAZIL, 2006).

Em suma, o camponês brasileiro, em especial o de comunidade quilombola, tem sido produtor em pequena escala em um setor dominante da economia. Sobre isso, Forman destaca que

[...] os problemas fundamentais do Brasil rural estão ligados, historicamente, à maneira pela qual uma economia capitalista orientada para a exportação tem sido abastecida pelo setor camponês. A atual tensão social resulta das pressões inerentes a um sistema. A mudança social não é uma novidade para o Brasil rural; nos últimos quatro séculos têm ocorrido mudanças continuamente. (FORMAN, 2009, p. 51).

Há comunidades quilombolas em pelo menos 24 estados brasileiros, sendo eles: Amazonas, Alagoas, Amapá, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Pará, Paraíba,

Pernambuco, Paraná, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Rondônia, Santa Catarina, São Paulo, Sergipe e Tocantins.

A existência dessas comunidades negras em áreas urbanas e rurais dos grandes municípios dá continuidade a um processo da história da escravidão e das primeiras décadas da pós-abolição, época em que inúmeras comunidades de fugitivos e libertos se formaram.

Se trata de um passado imóvel, como aquilo que sobrou (posto nunca transformado) de um passado remoto. As comunidades de fugitivos da escravidão produziram histórias complexas de ocupação agrária, criação de territórios, cultura material e imaterial próprias baseadas no parentesco e no uso e manejo coletivo da terra. O desenvolvimento das comunidades negras contemporâneas é bastante complexo, com seus processos de identidade e luta por cidadania. (GOMES, 2015, p. 7).

As atuais comunidades remanescentes de quilombos no Brasil estão espalhadas de norte a sul; quase 2 mil são reconhecidas e certificadas pela Fundação Cultural Palmares, existem inúmeras associações rurais, o movimento negro e principalmente o movimento nacional de articulação de política quilombola, que ainda lutam por reconhecimento de terras, cidadania e políticas públicas como educação e saúde. É importante salientar a necessidade de um esforço permanente pela recuperação da trajetória singular das comunidades negras rurais, haja vista que tal contribuição e avanço do conhecimento histórico do passado e a tomada de consciência de suas raízes são de extrema relevância para a luta contínua de reconhecimento de suas terras perante o Estado.

Quilombo no enfoque agroecológico

As comunidades tradicionais e as Remanescentes de Quilombo possuem uma relação de reciprocidade com a terra, pois dependem dos recursos naturais para a manutenção de seus modos de vida, e, desta forma, criam um equilíbrio com o meio em que habitam. De acordo com Woortmann (2009), essa reciprocidade está equilibrada em três polos: o homem, a terra e o sagrado.

Neste sentido, a autora apresenta um triângulo simbólico onde cada um exerce seu papel, o homem que trabalha a preparar a terra, a terra que, agradecida, por sua vez retribui o homem com uma farta colheita, e por fim o sagrado que faz cair a chuva. Diegues (1999) ressalta que essas comunidades tradicionais possuem uma forte dependência dos recursos naturais, formando estruturas simbólicas, e sistemas de manejo que são desenvolvidos ao longo do tempo. Esses sistemas de manejo passam de gerações a gerações, aperfeiçoando-se em cada uma.

Dentro destas perspectivas de sistemas de manejo praticados e desenvolvidos por essas Comunidades, temos a agroecologia, que parte como uma noção de fortalecimento social e ambiental. De acordo com Caporal (2009), a Agroecologia é uma ciência que situa-se no campo da complexidade, razão pela qual exige um enfoque holístico; neste sentido, a agroecologia se interliga em diversos eixos, visando a construção de um paradigma equitativo para o mundo.

Nas últimas décadas, o crescente desenvolvimento agrário trouxe diversos impactos para o meio ambiente e para as questões sociais, pois visava apenas uma agricultura hegemônica. De acordo com Caporal e Costabeber (2004), isso se deu a partir dos novos descobrimentos da química agrícola, da biologia e da mecânica, ocorridos já no início do século XX. A agroecologia vem sendo consolidada como uma ciência em busca da equidade entre o homem e a natureza, pois ancora práticas sustentáveis de manejo do agroecossistema, sendo um suporte ao reconhecimento, visibilidade e resgate da agricultura desenvolvida pelas populações tradicionais.

Os conceitos agroecológicos vêm ganhando diversas configurações nos últimos anos. De acordo com Gliessman (2005), a agroecologia proporciona o conhecimento e métodos necessários para desenvolver uma agricultura ambientalmente consistente, altamente produtiva e economicamente viável. Neste sentido a agroecologia busca dentro do saber científico práticas sustentáveis, valorizando o conhecimento empírico das comunidades tradicionais. Para Altieri (2004), a agroecologia engloba orientações de como produzir, além de procurar restaurar a resiliência e a força do agroecossistema. Sendo assim, a agroecologia é responsável pela restauração e ampliação da biodiversidade

nos agroecossistemas, sendo uma alternativa para áreas degradadas; o autor ainda ressalta que:

Para os agroecologistas, vários aspectos dos sistemas tradicionais de conhecimento são particularmente relevantes, incluindo aí o conhecimento de práticas agrícolas e do ambiente físico, os sistemas taxonômicos populares e o emprego de tecnologias de baixo uso de insumos (ALTIERI, 2004, p. 26).

A agroecologia vai muito além de uma agricultura alternativa, ela engloba, em um todo, os eixos sociais, ambientais e econômico, neste sentido Norder et al. (2016) definem agroecologia como ciência, além da prática e movimento social, mas também, como política governamental, modalidade de educação formal, nova profissão, modo de vida, ideologia e utopia. Fazendo desta uma composição completa e pluralista. Diante deste quadro, no que concerne às Comunidades Remanescentes de Quilombo, isso se atrela às diversas dimensões da agroecologia como formas de manejo, resistência políticas e sociais e circulações econômicas que caracterizam individualmente cada comunidade remanescente de quilombo, de acordo com sua história.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de pedra-MT

A CRQ Campina de pedra está localizada às margens da MT 451 do município de Poconé. Até meado do século XIX, os moradores da comunidade residiam na região da Formiga, denominada Cachoeira, onde encontravam grande quantidade de água, porém o solo era pobre para o cultivo. Esses moradores possuíam suas roças na atual região da Campina de Pedra; sendo assim, os quilombolas residiam numa região e cultivavam em outra.

Devido a conflitos territoriais e ao fato de a área ser bastante cobiçada pelos seus cursos hídricos, os quilombola perderam a terra, tendo que migrar para a atual área da Campina de Pedra. Hoje, a comunidade localiza-se às margens da MT 451, região considerada entrada do pantanal Mato-Grossense, onde existe grande fluxo de carros e pessoas das propriedades circunvizinhas, sendo principalmente proprietários de grandes dimensões de terras, produtores

de sojas e gado, além de diversas áreas de garimpo de ouro que existem na região.

A CRQ resiste e luta para dar continuidade a sua cultura, através da valorização de suas raízes históricas, em meio a grandes pressões políticas e sociais.

As roças da Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra

Etnograficamente, a economia da Comunidade Remanescente de quilombo Campina de Pedra é gerada em torno da produção da cana para a fabricação da rapadura, suas roças são principalmente de cana, mandioca e banana, sendo essas duas últimas apenas para o consumo. A comunidade não vive mais de uma agricultura de subsistência, como seus antepassados. Hoje, boa parte de sua alimentação advém de produtos industrializados. Os moradores sempre se referem às roças cultivadas pelos seus pais, à fartura e à diversidade de espécies que eram produzidas, principalmente a cana e o arroz.

“Meu pai plantava arrozalão (arroz grande) fazia michurum (mutirão) pra cortar, porque cortava de cachinho né, ai pixava (jogava) dentro de casa pra rumar porrete em cima dele, pra debulhar. Nós colhia bastante arroz! (Informante IV , 97 anos).

“Naquele tempo eu ajudei plantar, ajudei colher. A gente trabalhava muito com roça de arroz, quando nós mudamos pra cá, nós plantava muito arroz, plantava mandioca e cana” (Informante I, 55 anos).

“Outro tempo nós vivia da roça, comia da roça, pra comer tinha que bater inchada o dia inteiro, ai plantava arroz, plantava feijão, plantava rama, muda de banana, plantava cana, ai nós plantava tudo isso com mamãe” (Informante VI, 62 anos).

Algumas produções foram se extinguindo com o passar do tempo, dando espaço, assim, às mercadorias industrializadas, como é o caso das roças de arroz, que não existem mais no cotidiano da comunidade, pois as gerações mais novas não acompanharam esse processo de produção e colheita.

A questão de saúde está diretamente ligada à alimentação, pois, de acordo com os moradores, “os mais antigos da comunidade quase não possuem doenças, frequentando os hospitais raramente”, diferentemente dos mais

jovens. Segundo Menasche (2010), o que se come garante a saúde do corpo; para isso, faz-se necessário assegurar a pureza do alimento, sua integridade, dada pela ausência de elementos estranhos à sua constituição, frequentemente adicionados no processamento industrial. Sendo assim, nos últimos anos, a alimentação dos quilombolas sofreu uma grande mudança, reflexo da urbanização que busca a praticidade e facilidade, mudando a forma de alimentação na comunidade.

“Batia o Arroz, batia e trazia para a casa, socava no pilão aquele tempo era bem melhor que agora, eu acho, eu gostava, agora todas as coisas é só comprado, comprado” (Informante VII, 59 anos).

“Por que naquele tempo todo mundo socava no pilão, plantava e socava, pra tirar a casca pra comer agora ninguém quer mais esforço, ninguém quer mais nada, então nós já prefere comprar o arroz na cidade né, limpo que dá menos trabalho” (informante II, 71 anos).

“hoje tudo as coisas é mais fácil, por isso que eu acho que tem essas doenças, tanta doença que aparece, o povo de primeira durava tanto, você comia todas as coisas nativas, não tinha esses remédios, hoje nós come só química”(Informante IX, 60 anos).

A alimentação está diretamente ligada à memória dos quilombolas, remetendo a lembranças do passado em que seus ancestrais cultivavam alimentos mais saudáveis, sem a utilização de agroquímicos; a alimentação se pautava no menos industrializado, exemplo disso aparece no arroz, no óleo de origem animal, no leite, no açúcar e na carne. Desta forma, acredita-se que a praticidade tornou sinônimo de desenvolvimento e modernização neste sentido Wanderley (2014) ressalta que enquanto o camponês tradicional enfatiza o “passado e suas tradições”, a agricultura moderna, ao introduzir a noção de progresso, transfere a prioridade ao futuro. Assim sendo, perde-se uma parte da cultura da comunidade.

Entre as falas dos moradores destaca-se o método utilizado pelos seus antepassados para a produção das roças assim como o modo de manejo totalmente manual, com o auxílio de foices, inchadas e facão, e sem a utilização de insumos.

“Antes nós plantava cavado um aqui outro lá e outro lá, agora não, suca a terra com o trator e vai jogando de retinho que aproveita mais a terra” (Informante II, 71 anos)

“Antigamente a lavoura era feita na foice, roçava, derrubava com o machado, juntava as leiras e queimava e plantava o milho, o arroz, o feijão, depois foi modificando o trabalho” (Informante III, 67 anos)

“Nós plantava arroz assim de caminho cavado na inchada e a cana também plantava cavada com a inchada, ai nós chegava com a vasilha do arroz e ia colocando de pouquinho em pouquinho na cova e tampava com o pé” (Informante VI, 62 anos).

Com o avanço da modernização agrícola, viu-se a possibilidade de uma expansão nas roças, principalmente a de cana. Diferente do modo de manejo utilizado pelos seus antepassados, hoje o preparo da terra é totalmente mecanizado: quem inicialmente cedia o maquinário era a prefeitura de Poconé, MT; atualmente, os quilombolas alugam os maquinários de fazendas próximas.

“A cana nossa é tudo sucado né, nós gradeia ai vem com o suador, suca a rua dele né, tudo inruado, assim, ai joga a cana na cova” (Informante II, 71 anos).

“Antes era mais manual né, roçava, agora tem maquina gradeia faz as valas e você vai só plantando né só jogando” (Informante V, 27 anos).

“Hoje pra você plantar uma roça se você não tiver dinheiro você não faz nada, hoje tudo é pago ninguém quer mais ajudar ninguém”(Informante IX, 53 anos).

Segundo Brandenburg (2010), a prática de substituição de artefatos tradicionais por industriais alimenta um sentimento de superioridade. Neste sentido, a mudança no aspecto de organização em torno ao trabalho ganhou novos delineamentos, antes eram realizados mutirões para o cultivo e manejo das roças, desta maneira os laços sociais e de parentesco se fortalecia através de uma coletividade além da reafirmação do uso comum da terra, hoje existem divisões de grupos de trabalho na comunidade que gerou conflitos internos entre o parentesco.

A maioria dos quilombolas da CRQ Campina de Pedra não utiliza nenhum tipo de insumo químico e nem natural, segundo os mesmos a terra preta

é muito produtiva, não precisando de adubo, a cana é plantada principalmente nos meses de maio e junho, quando existe uma diminuição no período chuvoso, essa época é ideal pois entra o período de seca na região e a colheita é realizada constantemente durante o ano. Quando a cana não está no ponto de colheita, a comunidade recorre a compra da mesma nas comunidades circunvizinhas, principalmente nos assentamentos próximos, que possuem a mesma forma de cultivo da comunidade.

Os quilombolas trabalham em uma área por 5 anos, logo após esse período, eles abandonam deixando ela em pousio, até recuperar-se totalmente.

“Nós trabalha até 5 anos numa área, depois abandona e deixa ela encapoeirar de novo, ela forma mato de novo” (Informante I, 55 anos)

Essa prática permite que a natureza se reconstitua naturalmente, e, desta forma, a comunidade sempre terá uma área de cerrado, que é de grande importância para a manutenção da biodiversidade na região. Segundo Cirne e Souza, o pousio:

Permite a diversificação da exploração dos nutrientes fornecidos e a possível restauração daqueles minorados na cultura anterior. Dessa forma, quando a cultura inicial de determinada área da propriedade retorna ao cultivo original, poderá retomar a produtividade anterior no que toca à dependência e à quantidade de nutrientes (CIRNE E SOUZA, 2014, p. 79).

Das espécies de cana produzidas na comunidade (figura 3 e 4), se destacam a variedade genética 44, onde os quilombolas buscam mudas em uma usina de álcool desativada próxima à comunidade, além das espécies: cana cristalina, cana paulista e cana branca, onde buscam mudas nos assentamentos próximos. A troca de mudas entre comunidades quilombolas e assentamentos da região é muito comum, assim como, o fornecimento de cana para a produção quando a colheita não foi satisfatória.



Figura 3: Quilombola na roça de cana. Foto: autora 2017



Figura 4: Roça de cana. Foto: autora, 2017

Atualmente, a comunidade produz a cana, que é seu principal foco econômico, além de pequenas roças de subsistências com mandioca e banana, que são plantadas nas extremidades das roças de cana (figura 5), o modo de cultivo deste se distingue da cana, pois a terra não é sulcada: utiliza-se a inchada onde o local é roçado manualmente. Nos quintais da comunidade, é possível encontrar pés de fruta como manga, caju e algumas verduras, porém estes em pequena escala servindo apenas como complemento de sua alimentação.

A maioria das sementes e mudas adquiridas pela CRQ advém das trocas com outras comunidades vizinhas, porém muitas das espécies produzidas ainda fazem parte do acervo de seus antepassados, como a mandioca e algumas espécies de cana.



Figura 5: Produção de banana e mandioca nas extremidades da roça de cana. Foto: autora 2017

A Organização do Trabalho na Produção e Comercialização da Rapadura

Durante muito tempo, o modo de organização do trabalho se pautava por mutirões, onde todos os moradores da CRQ Campina de Pedra reuniam-se coletivamente para o cultivo, para a colheita e produção de rapadura, neste sentido, a coletividade era a principal forma de organização, onde todos se ajudavam porém na certeza do uso comum da terra. Porém com o falecimento do Senhor Benedito Mendes, o patriarca da comunidade, iniciou-se uma divisão interna entre as gerações de seu primeiro e de seu segundo casamento, formando, assim, pequenos grupos de trabalhos onde existem pequenos conflitos internos entre as gerações.

“Aqui a comunidade é um pouco desunida né, então aqui fica assim, eles tem um negócio de querer dividir essa comunidade em duas” (Informante IX, 53 anos)

Atualmente, existe na comunidade uma associação com uma liderança e os grupos de trabalhos todos associados, devido a esse conflito entre gerações construíram um segundo engenho. Os grupos se dividem a cada três famílias, de acordo com as irmandades, tendo assim, um espaço na área de roça e um dia no engenho para a produção da rapadura.

De acordo com relatos de alguns moradores a comunidade ganhou o financiamento da prefeitura para construir uma pequena indústria de produção de rapadura, porém com os conflitos internos entre as irmandades, uma parte dos moradores não aceitou perdendo assim o benefício, o mesmo foi passado para a CRQ vizinha. Em consequência a esse episódio um novo engenho foi criado, tendo a divisão da comunidade visível e dois grupos.

Todos os moradores possuem plena consciência do uso comum do espaço da roça, assim como, as formas de manejos e preservação da área. Nesse sentido, Barros ressalta que:

Compreender como um determinado grupo percebe sua paisagem e alguns aspectos à luz o modo como os indivíduos e grupos sociais se relaciona com seu meio. Isso se dá porque os indivíduos têm diferentes percepções do meio no qual estão inseridos (BARROS, 2014, p. 218).

A principal fonte econômica da comunidade é a produção de rapadura, cada grupo de trabalho encaminha sua produção à associação, onde ela é repassada para mercados na região de Poconé, Cáceres e Cuiabá, além da venda direta para moradores circunvizinhos e turistas que passam pela região -- neste caso, o ganho financeiro é maior. A associação reparte o lucro de acordo com a quantidade de rapadura que cada grupo familiar produz.

Além desta divisão do trabalho em grupos familiares, existe a questão de divisão de gênero, onde o homem é responsável pela roça e pela colheita e a mulher ajuda na produção da rapadura, principalmente nas etapas finais de enformar e embalar. Algumas mulheres relataram que suas funções eram apenas domésticas, não tendo participação direta na produção, porém as mesmas cultivavam pequenas roças em seus quintais que serviam como complemento alimentar.

A rapadura é produzida de maneira tradicional, assim como seus antepassados produziam (figura 6, 7 e 8), e essa tradição vem sendo passada por gerações. A região rural de Poconé, MT, onde se localiza a comunidade, no período colonial possuía grandes engenhos e um enorme fluxo de negros escravos, a herança desse passado são as diversas Comunidades Remanescentes de Quilombos na região, assim como a produção de açúcar mascavo e rapadura produzida pelas mesmas. Atualmente, a produção de rapadura em Mato Grosso tem se limitado aos engenhos existentes e remanescentes em comunidades tradicionais (BARBOSA et al., 2016), entre essas comunidades destaca-se a Campina de Pedra.



Figura 6: forno e tacho, fase inicial da produção de rapadura. Foto: autora 2016



Figura 7: Gamela, fase de fabricação da rapadura. Foto: autora 2016

De acordo com Kruckem (2009), os produtos locais são manifestações culturais que estão fortemente interligadas com o território e a comunidade que a gerou, neste sentido, a rapadura é parte da construção histórica e social destas comunidades Remanescentes de Quilombos, assim, como uma parte de suas histórias.



Figura 8: Formas de madeira, fase final da produção de rapadura.
Foto: autora, 2017

Na CRQ Campina de Pedra, alguns aspectos na produção se modificaram ao longo do tempo, assim como o engenho, que hoje é elétrico, e a forma de embalagem do produto final, porém os fornos a lenha, feitos de barro, ainda continuam sendo os mesmos que seus antepassados usavam. O engenho elétrico facilitou o modo de moagem da cana, segundo os moradores, que antes gastavam até dois dias para a realização do processo, utilizando um animal de tração para rodar o engenho (figura 9), e hoje, com o engenho elétrico, em meia hora a moagem já esta pronta.

“Aprendi com meu pai, desde que eu nasci meu pai não ficou sem engenho, [...] esse manual rodava com duas junta de boi, ai depois que passou compramos aquele ali (referindo-se ao elétrico), foi mais fácil, mais rápido né, que com boi demorava demais pra fazer um tacho de garapa pra colocar no fogo” (Informante II, 71 anos)

Esses produtos são resultados de uma rede, construídas ao longo do tempo que envolve recurso da biodiversidade, modo tradicional de produção costumes e também hábito de consumo (KRUNCKEM, 2009). Esses costumes sofreram pequenas mudanças e modernizações, porém isso não alterou sua característica e sua essência, pois carregam uma gama de histórias e tradições.

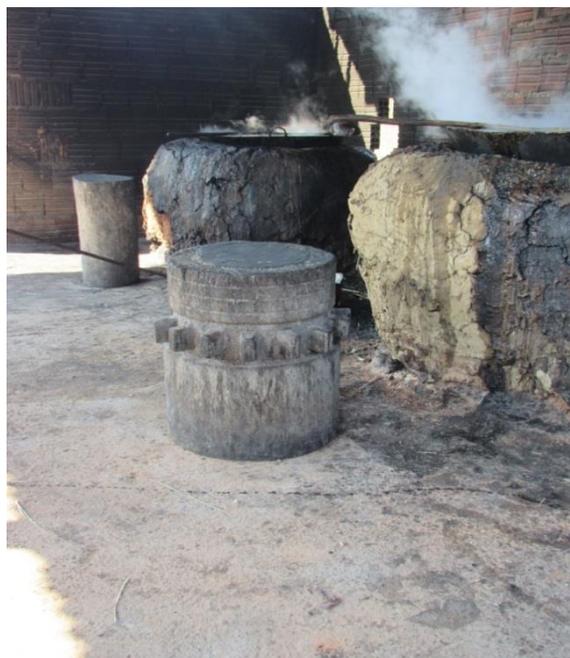


Figura 9: Peça de madeira do engenho manual. Foto: autora. 2016

Outro aspecto que se modificou foi a forma de embalagem, facilitando a venda do produto final (figura 10). A associação possui CNPJ e um logotipo para identificação do produto; as vendas aumentaram após a implantação dessa embalagem, facilitando a distribuição para os mercados.

“Nesse tempo fazia a rapadura, não tinha esse negócio pra empacotar, vendia a rapadura no limpo o pessoal comprava, e hoje já mudou muito, hoje tem que empacotar, tem que por esse vale de validade pra vender né.” (Informante VI, 62 anos)



Figura 10: Embalagem da rapadura produzida na CRQ Campina de Pedra. Foto: da autora da pesquisa. 2016.

A modernização estimula o desenvolvimento e a valorização do produto, auxiliando significativamente no crescimento e na geração de renda da comunidade, facilitando mecanismos de escoamento do produto para locais como mercados e feiras e construindo, assim, uma relação direta de confiança com seus consumidores.

Um fator importante na produção da rapadura é a reutilização dos recursos, assim como a cinza advinda dos fornos e o bagaço da cana. A cinza é reutilizada nas pequenas hortas encontradas nos quintais das residências, e o bagaço da cana serve como alimento para o gado (figura 11), fonte essencial principalmente no período de seca entre agosto e setembro onde a vegetação rasteira está escassa.



Figura 11: Gado se alimentando do bagaço da cana. Foto: autora, 2016

CONCLUSÕES

Durante um longo período, comunidades quilombolas buscaram desconstruir a visão de trabalho imposto pela escravidão, inserindo-se, assim, na categoria de camponês, com uma autonomia sendo construída historicamente a partir de trocas mercantis.

O quilombo tem suas características centrais pautadas na autonomia e na produção, porém isso não significa que essas práticas não estejam atreladas aos desenvolvimentos regionais e locais, porém a base destes manejos se encontra visando os recursos ambientais em uma dinâmica diferente do desenvolvimento agrário de grandes monoculturas.

A Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra possui uma extensa história de luta e resistência, assumindo estratégias de sobrevivência em torno da terra e da produção agrícola, sendo esta a principal renda econômica da comunidade.

Transmitida pelos seus antepassados, o trabalho no campo e a construção de manejos ecológicos auxiliam a construção e a consolidação da agro-

ecologia no estado de Mato Grosso, por meio dos três grandes eixos, o social, o ambiental e o econômico.

O manejo e o conhecimento tradicional dos moradores da CRQ Campina de Pedra permitem-nos identificá-los como detentores importantes da biodiversidade do local, sendo a área onde se localiza a comunidade entrada do Pantanal Mato-grossense e que já está tomada pela monocultura da soja. A comunidade resiste, preservando uma grande área de mata nativa e se tornando referência para as demais comunidades circunvizinha.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4.ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004

ALTO, ROSANA LACERDA MONTE. Saberes e fazeres quilombolas: diálogos com a Educação do Campo. 2012. *Dissertação* (mestrado em Educação) Universidade de Uberaba.

BARROS, Juliana Ramalho. A percepção ambiental dos quilombolas Kalunga do Engenho e do Vão de Almas. *ACERC Ateliê Geográfico* Goiânia-GO. Volume 6, número 4, 2012.

BRAZIL, Maria do Carmo. Formação do campesinato negro no Brasil: Reflexão categorial sobre os fenômenos “quilombos”, “remanescente de quilombos”, e “comunidade negra rural”. In. *Encontro de História de Mato Grosso do Sul*, 8. Dourados – MS: ANPUH, 2006.

BRANDEMBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. *Ambiente & Sociedade*. Campinas volume.13, número 2. 2010.

BRITO, Luciana da Cruz. Tópicos sobre a História do Negro na Sociedade Brasileira. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CAPORAL, Francisco Roberto Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade. Editora Paulus. Brasília, DF.2009.

————— COSTABEBER José Antônio. Agroecologia: alguns conceitos e princípios .Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CIRNE, Mariana Barbosa e SOUZA, Ana Gloria Santos Moreira de. Pousio: o que é e quais são os seus possíveis reflexos nas questões ambientais. Verdades do Direito, Belo Horizonte. Volume,11 número.21, 2014.

COSTA, M. B. Análise da sustentabilidade da Agricultura da Região Metropolitana de Curitiba pela ótica da Agroecologia. Editora da UFPR. Curitiba 2004.

CRIVELANTE, Maria Amélia Assis Alves. Domingos, Angola e Joaquina, Mina: “Identidades africanas” nos casamentos de escravos na fronteira oeste da América Portuguesa – Mato Grosso – Século XVIII e XIX. Cuiabá: Carlini e Caniato Editorial, 2012.

DEZEMONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, direitos e cultura política camponesa. In: Coleção História Social do Campesinato no Brasil: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: *Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. Volume 2. MÁRCIA MOTTA & PAULO ZARTH (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII). São Paulo: editora brasiliense, 1998.

FERRARI, Márcio. A economia dos quilombos: trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem na comunidades rurais negras da atualidade. Revista Pesquisa FAPESP. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/04/19/a-economia-dos-quilombos/>. Acessado em 06/03/2017.

FONSECA, Dagoberto José. Políticas Públicas e ações afirmativas. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FORMAN, Shepard. Além da casa grande e da senzala: Um campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 32-51. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acessado em 01/03/2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's). www.palmares.gov.br. Acesso em 04/03/2017.

GENNARI, Emilio. Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GLIESSMAN, Stephen R. Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável. 3 a Ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.

GOMES, Flavio dos santos. Mocambos e quilombos: Uma historia do campesinato negro no Brasil. São Paulo. Ed. Claro Enigma, 2015.

KRUCKEM , Lia. Design e território: valorização e produtos locais, São Paulo, Studio Nobel, 2009

MARTINS, José de Souza. Os camponeses e a política no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1981.

SÍNTESE FINAL

A CRQ Campina de Pedra guarda uma grande riqueza, que agrega os três vieses apresentados pela agroecologia: o ambiental, o econômico e o so-

cial. Neste sentido, a produção de maneira equitativa busca degradar o mínimo possível, a utilização de pequenos hectares de forma rotativa, utilizando-se o pousio, faz com que a natureza se regenere naturalmente, além do manejo feito de forma ecológica, sem a utilização de componentes químicos prejudiciais ao meio. No viés econômico, a organização por meio de cooperativa faz com que todos da comunidade participem diretamente das vendas e da obtenção de lucros, sendo a produção da rapadura uma das principais rendas da comunidade. No social, a comunidade se destaca como organização perante as frentes políticas, já que a liderança da CRQ Campina de Pedra representa mais 23 CRQs da região em reuniões Estaduais e Nacionais, a busca por visibilidade e qualidade de vida dentro da CRQs é constante, o reconhecimento e a titulação de suas terras são a principal pauta. A CRQ Campina de Pedra traz reflexões em torno de seu modo de vida, tendo claramente a necessidade mútua de seu meio e a sua relação recíproca com a terra.

O caminho percorrido pela pesquisa na CRQ abriu-me a diversas visões; estudar o passado, que caminha lado a lado com o futuro, revelou-me infinitas possibilidades em torno do modo de vida simples e ao mesmo tempo complexo desta comunidade. A maioria de seus moradores traz consigo marcas de sofrimentos, de lutas e resistências, porém o sonho de um futuro melhor às novas gerações está sempre vivo.

Todos os entrevistados, sem exceções, lembram-se do passado sofrido com grandes saudades, em suas falas, recordando-se principalmente no modo de vida e da subsistência camponesa praticada pelos seus antepassados, período onde as roças eram diversificadas e fartas, e onde o dinheiro não era sinal de prosperidade, período este em que as trocas, os mutirões, as festas movimentavam a comunidade e uniam ainda mais os laços de parentescos.

Atualmente a principal esperança da Comunidade é a titulação de sua terra, e a posse de mais alguns hectares que lhe foram tomados por fazendeiros, isto caminha na justiça a passos lentos, o contato com o Incra e a cobrança é constante por parte da liderança, porém nunca conseguem de fato uma resposta plausível, apenas que o processo está em andamento.

Sendo assim, a antropologia traz a importância de se olhar através da comunidade estudada, enxergando, assim, suas entrelinhas, e a partir daí descobrir formas simbólicas, representações, anseios e os medos que convivem

entorno da mesma, compreendo de fato o que as pessoas representam para si e para os outros, e enxergar nelas seu próprio reflexo. Neste contexto a comunidade trouxe revelações inesperadas em meu percurso metodológico, muito além de uma inquietação em conhecer profundamente as Comunidades Remanescentes Quilombos, no que tange à construção histórico-cultural e seu modo de produção no meio rural.

Ao longo da pesquisa, descobri que o ponto de partida desse desejo inquietante estava muito além de uma simples curiosidade, mas em laços de sangue que nos uniam e de histórias familiares perdidas no tempo. Descobri dentro da Comunidade Remanescente de Quilombo Campina de Pedra parte de minha história que desconhecia e que já estava perdida, retomando as minhas origens através das descobertas históricas deste povo. Compreendi que, estudando essas comunidades, estava também estudando e reescrevendo a minha própria história e a de meus ancestrais.

Sendo assim, a CRQ Campina de Pedra trouxe muito mais do que o esperado em minha pesquisa, pois ela carrega consigo uma imensa riqueza cultural e histórica, e, acima de tudo, um modo de vida de grande importância para a preservação ambiental, devido ao seu recíproco convívio com a natureza.

Na região existem outras CRQs com uma gama imensa cultural e que compartilham a mesma luta e conflitos, porém muitas ainda vivem na invisibilidade; é importante ressaltar a relevância deste tipo de estudo, pois trazem aspectos do cotidiano da CRQ Campina de pedra referente ao seu modo de vida e de produção além de sua organização pautada por divisões e conflitos familiares e territoriais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena. *Manual de história oral*. 2ªed, Rio de Janeiro, editora FGV, 2004.

ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. *Os quilombos e as novas etnias* in: O'Dwyer, Eliane Cantarino, org.. *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

Terras de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “Castanhais do povo”, faxinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas. 2° ed, Manaus PGSCA-UFAM, 2008.

ALMEIDA, Cristovão Domingo. *Comunicação e Cultura: Práticas cotidianas e construção da cidadania na comunidade quilombola Campina de Pedra, Município de Poconé-MT.* 2012, 213f. Tese (pós-graduação em comunicação e informação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: a dinâmica produtiva da agricultura sustentável*. 4.ed. Porto Alegre : Editora da UFRGS, 2004

ALTO, ROSANA LACERDA MONTE. Saberes e fazeres quilombolas: diálogos com a Educação do Campo. 2012. *Dissertação* (mestrado em Educação) Universidade de Uberaba.

ARCHANJO, Elaine Cristina O.F. *Oriximiná terra de negros: trabalho, cultura e luta de quilombolas de Boa Vista (1980-2013).* 2015,162f. *Dissertação* (Pós-Graduação em História) Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

ARRUTI, José Mauricio.P.A. O quilombo conceitual: para uma sociologia do artigo 68 do ADCT. In: *Texto para discussão: Projeto Egbé – Territórios negros (KOINONIA)*, 2003

BARTH, Fredrik. Grupos étnicos e suas fronteiras POUTIGNAT, Philippe; STREIFF-FERNART, Jocelyne. *Teorias da Etnicidade.* Seguindo de Grupos étnicos e suas Fronteiras de Fredrik Barth: Tradução de Elcio Fernandes. São Paulo. Fundação Editora UNESP, 1998.

BRANDEMBURG, Alfio. Do Rural Tradicional ao Rural Socioambiental. *Ambiente & Sociedade*. Campinas volume.13, número 2. 2010.

BRASIL. *Território quilombola: uma conquista cidadã.* Secretaria de política de promoção da igualdade racial, 2012a, 44f.

BRASIL. *Diagnostico do Programa Brasil Quilombola.* Secretaria de política de promoção da igualdade racial, 2012b, 34f.

BARROS, Juliana Ramalho. A percepção ambiental dos quilombolas Kalunga do Engenho e do Vão de Almas. *ACERC Ateliê Geográfico Goiânia-GO.* Volume 6, número 4, 2012.

BRAZIL, Maria do Carmo. Formação do campesinato negro no Brasil: Reflexão categorial sobre os fenômenos “quilombos”, “remanescente de quilombos”, e “comunidade negra rural”. In. *Encontro de História de Mato Grosso do Sul*, 8. Dourados – MS: ANPUH, 2006.

BRITO, Luciana da Cruz. Tópicos sobre a História do Negro na Sociedade Brasileira. Cuiabá: EdUFMT, 2011.

CAMARGO, Isabel Camilo de. As relações escravistas na Província de Mato Grosso e na região de Sant’Ana de Paranaíba no século XIX. *Patrimônio e memória*. São Paulo, Unesp, v. 8, n.1, p. 119-137, 2012.

CAPORAL, Francisco Roberto; AZEVEDO, Edisio Oliveira (orgs). *Princípios e perspectivas da Agroecologia*. 2011 - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná – Educação a Distância.

_____. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Editora Paulus. Brasília, DF.2009.

_____. COSTABEBER José Antônio. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. Brasília : MDA/SAF/DATER-IICA, 2004.

CIRNE, Mariana Barbosa e SOUZA, Ana Gloria Santos Moreira de. Pousio: o que é e quais são os seus possíveis reflexos nas questões ambientais. *Verezas do Direito*, Belo Horizonte. Volume,11 número.21, 2014.

COSTA, M. B. *Análise da sustentabilidade da Agricultura da Região Metropolitana de Curitiba pela ótica da Agroecologia*. Editora da UFPR. Curitiba 2004.

CHAVES, Otavio Ribeiro. *Escravidão, fronteira e liberdade (Resistência Escrava em Mato Grosso, 1752-1850)*. 2000, 181f. Dissertação (pós-graduação em historia social). Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2000.

CRIVELLENTE, Maria Amélia Alves. *Domingos, Angola e Joaquina, Mina: “identidade Africana” nos casamentos de escravos na fronteira oeste da América Portuguesa- Mato Grosso- Século XVIII e XIX*. Cuiabá: Carline e Caniato editorial, 2012.

DEZEMONE, Marcus. A Era Vargas e o mundo rural brasileiro: memória, di-reios e cultura política camponesa. In: Coleção História Social do Campesinato no Brasil: Formas de resistência camponesa: visibilidade e diversidade de conflitos ao longo da história: *Concepções de justiça e resistência nas repúblicas do passado (1930-1960)*. Volume 2. MÁRCIA MOTTA & PAULO ZARTH (Orgs.). São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, NEAD, 2009.

FARIAS JÚNIOR, Emmanuel de Almeida. Unidades de Conservação de Proteção Integral e Territórios Quilombolas em Novo Airão, Amazonas. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, et al. *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Território Quilombolas e Conflitos*. Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia. UEA. 2010 .

FERLINI, Vera Lúcia Amaral. *A civilização do açúcar (séculos XVI a XVIII)*. São Paulo: editora brasiliense, 1998.

FERRARI, Márcio. A economia dos quilombos: trocas de excedentes agrícolas com o entorno ainda sobrevivem na comunidades rurais negras da atualidade. Revista Pesquisa FAPESP. Disponível em: <http://revistapesquisa.fapesp.br/2016/04/19/a-economia-dos-quilombos/>. Acessado em 06/03/2017.

FONSECA, Dagoberto José. *Políticas Públicas e ações afirmativas*. São Paulo: Selo Negro, 2009.

FORMAN, Shepard. Além da casa grande e da senzala: Um campesinato no Brasil. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2009. pp. 32-51. Disponível em: <<http://books.scielo.org>>. Acessado em 01/03/2017.

FUNDAÇÃO CULTURAL PALMARES. Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQ's). www.palmares.gov.br. Acesso em 04/03/2017.

FREITAS, Délcio. *O escravagismo brasileiro*. 2° ed, Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982.

————— *Escravos e Senhores de Escravos*. Porto Alegre: Mercado Aberto (serie novas perspectivas,4), 1983.

Dissertação (Pós-Graduação em Educação). Universidade Federal de Mato Grosso, 2013.

GENNARI, Emilio. *Em busca da liberdade: traços das lutas escravas no Brasil*. 2. Ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

GOMES, Flavio dos santos. *A hidra e os pântanos: mocambos, quilombos e comunidades de fugitivos no Brasil, (século XVII-XIX)*. São Paulo, Ed. UNESP: Ed. Polis, 2005.

————— *Mocambos e quilombos: Uma historia do campesinato negro no Brasil*. São Paulo. Ed. Claro Enigma, 2015.

GUERINO, Mariana de Fatima. *O movimento dos saberes na produção da vida na Comunidade Quilombola Campina de Pedra*. 2013, 140f.

GLIESSMAN, Stephen R. *Agroecologia: Processos ecológicos em agricultura sustentável*. 3 a Ed. Porto Alegre. Editora da UFRGS, 2008.

INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA. *Andamento de processo quilombola*. 2016, 23f. Acessado em: 10/08/2016 disponível em: <http://www.incra.gov.br/estruturafundiaria/quilombolas/file/1887-andamento-dos-processos-quadro-geral>

JESUS, Nauk Maria de. A capitania de Mato Grosso: história, historiografia e fontes. *Revista Territórios & Fronteiras*, Cuiabá, vol. 5, n. 2, jul.-dez., 2012

LEITE, Ilka Boaventura. Humanidades insurgentes: Conflitos e criminalização dos Quilombos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *et al.* Cadernos de debates Nova Cartografia Social: *Território Quilombolas e Conflitos*. Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia. UEA edições. Volume 01, nº 02, 2010 .

LORDELO, Monique Cristina de Sousa. *Escravos negros na fronteira oeste da capitania de Mato Grosso fugas, capturas e formação de quilombos (1748-1796)*. 2010, 127f Dissertação. (Programa de pós-graduação em História) Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2010.

KRUCKEM, Lia. *Design e território: valorização e produtos locais*, São Paulo, Studio Nobel, 2009

MAIA, A. H. *Vivências e projetos das jovens rurais: um olhar sob sua condição de mulher na agricultura familiar e a relação com suas estratégias de vida*. 2011 99f. (dissertação Mestrado em Agronomia) Universidade Estadual Paulista, Ilha Solteira, SP. 2011.

MALDI, Denise. Questão da territorialidade na etnologia brasileira. *Sociedade e cultura*. Vol. 01, n. 01, pg.1-17, Jan/Jun. 1998.

MARTINS, José de Souza. *Os camponeses e a política no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1981.

MARQUESE, Rafael de Bivar. A dinâmica da escravidão no Brasil: Resistência, tráfico negreiro e alforrias, séculos XVII a XIX. *Novos Estudos*. Volume. 01, número.74. p. 107-123. Março,2006.

MULLER, Maria Lúcia Rodrigues; SANTOS, Ângela Maria dos; MOREIRA, Nilvaci Leite de Magalhães. Quilombos e Quilombolas em Mato Grosso. *Revista da ABPN*. volume 8, número. 18. nov. 2015 – fev. 2016, p.07-24.

MOURA, Antônio Eustáquio. *Quilombo Mata Cavalô, a Fênix negra mato-grossense: etnicidade e luta pela terra no Estado do Mato Grosso*. 2009, 282f. Tese (pós Graduação em Ciências sociais) Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

MOURA, Clóvis. *Quilombos Resistência ao escravagismo*. Editora ática, 1987.

NEVES, Paulo. S.C. Etnicidade e lutas sociais no campo no Brasil contemporâneo: um estudo de caso. *Revista Ambivalências*. Vol.4, n.7, pg. 68 – 86, Jan-Jun/2016

O'DWYER, Eliane Catarino. Terras de Quilombo no Brasil: Direito Territoriais em Construção. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *et al.* *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Território Quilombolas e Conflitos*. Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia. UEA. 2010.

RIBEIRO, Darcy. *O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTOS, Alexandra O sabor da história: práticas alimentares e identidade quilombola. *Intratextos*, Rio de Janeiro, Número Especial 03, p.54-71, 2012.

SILVA, Martiniano José. *Quilombo do Brasil central: violência e resistência escrava*. Goiânia: Kelps, 2003.

SILVA, Silvine Ramos Lopes. Pérolas negras, negras mulheres: no brilho das festas e no cantar aos santos, a religiosidade: um desafio na sala de aula. In: *Educação em Diálogos com a Diversidade*. SANTOS, Ângela Maria dos; SILVA, João Bosco da (orgs.), Cuiabá: KCM Editora, 2010.

SILVA, Simone Resende. Quilombos no Brasil: a memória como forma de reinvenção da identidade e territorialidade. In: *Conflito, territorialidade e desenvolvimento: algumas reflexões sobre o campo Amapaense*. LOMBA, Roni Mayer; RANGEL, Katia de Souza; SILVA, Geovane Grangeiro da; SILVA, Marcelo Gonçalves da (orgs) Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014.

SCHMITT, Alessandra; TURATTI, Maria Cecília Manzoli; CARVALHO, Maria Celina Pereira de. A atualização do conceito de Quilombo: identidade e território nas definições teóricas. *Ambiente & Sociedade* . Volume 01, número. 10, 2002

VIEIRA, Judith Costa. Quem pode ser quilombola? A (re) construção da identidade coletiva do quilombo Maicá, Santarém, Pará. . In: ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de, *et al.* *Cadernos de debates Nova Cartografia Social: Território Quilombolas e Conflitos*. Manaus: projeto nova cartografia social da Amazônia. UEA. 2010.

VOLPATO, Luiza Rios Ricci. *Cativos do sertão: Vida Cotidiana e escravidão em Cuiabá: 1850/1888*. São Paulo: Marco Zero.

APÊNDICE

ROTEIRO DE ENTREVISTA

Perfil

- 1- Nome:
- 2- Idade:
- 3- Sexo:
- 4- Local de Nascimento:
- 5- Quanto tempo você mora na comunidade?

Sobre a comunidade

- 1- Qual é a história da comunidade?
- 2- Como foi o reconhecimento como Quilombolas?
- 3- Existiu algum conflito para o reconhecimento?
- 4- Existiu algum conflito na ocupação da terra?
- 5- Quais atividades culturais (festas, danças, artesanatos e etc.) que desenvolvem na comunidade?

- 6- Você acha que a cultura de hoje é igual a da época dos seus pais e avós?
- 7- Você acha importante à preservação da cultura da comunidade?
- 8- Como você repassa para os seus filhos e/ou netos, o que aprendeu com seus pais e avós?
- 9- Quais as principais atividades econômicas da comunidade?
- 10- Vocês conseguem sobreviver apenas com o que produz aqui na comunidade?

Percepção e uso dos recursos naturais para agricultura

- 1- Quais são as plantas cultivadas aqui na comunidade?
- 2- Quais são as plantas no seu quintal?
- 3- Tem algum rio ou córrego que passe na comunidade ou próximo?
- 4- Qual o tipo de terra (solo) aqui da comunidade?

- 5- Como a terra (solo) é trabalhada? É acrescentado algum insumo?
- 6- Qual mês é realizado as plantações? Por quê?
- 7- Como são realizadas as plantações?
- 8- É utilizado algum tipo de insumo antes, durante e depois da plantação?
Químico ou natural?
- 9- Quais as ferramentas ou maquinas que são utilizadas na plantação?
- 10- Como é organizado e dividido o trabalho?
- 11- Como são adquiridas as sementes e/ou mudas?
- 12- Existe a troca de sementes crioulas com outras comunidades?
- 13- Você lembra como seus antepassados (pais e avós) trabalhavam na terra?
- 14- Como é feito o manejo e a conservação dos recursos naturais aqui na comunidade?
- 15- Pra Você qual a importância da preservação dos recursos Naturais?

Para a Liderança

- 1- A comunidade tem uma associação?
- 2- Como foi a formação dessa associação?
- 3- Qual a importância dessa associação para a comunidade?
- 4- Qual a principal luta da comunidade Campina de Pedra hoje?
- 5- O que vocês esperam para o futuro?

